negocios

negocios.pt

Terça-feira, 10 de setembro de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5321 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

PEDRO BRINCA
TAP, uma novela sem fim à vista
OPINIÃO 25



J. CRESPO DE CARVALHO
Alumni como adeptos de clubes desportivos!?
OPINIÃO 26





Vítor Mota

ANTÓNIO COSTA SILVA

“Será muito difícil o Estado recuperar a totalidade” do dinheiro injetado na Efacec

De “consciência tranquila” por ter feito “o melhor possível”, o antigo ministro da Economia admite que parte das conclusões do Tribunal de Contas faz sentido e atira a responsabilidade pela fiscalização da Efacec para a Parpública.

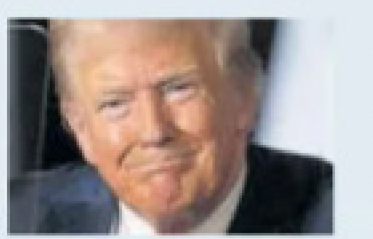
EMPRESAS 14 e 15

Negociações para OE voltam com dois elefantes na sala

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, e a líder parlamentar do PS, Alexandra Leitão, reúnem-se hoje. Redução do IRC e mexidas no IRS Jovem são os dossiês que afastam o Governo e o PS.

ECONOMIA 8 e 9

Investidores esperam por debate entre Kamala e Trump para fazerem escolhas



Os dois candidatos à Casa Branca têm hoje o seu primeiro frente a frente. Os mercados aguardam pelo confronto para ajustarem as suas carteiras de ativos.



A OPINIÃO DE **KENNETH ROGOFF**

Um joga xadrez, outro joga damas

MERCADOS 20 e 21, OPINIÃO 27

Huawei fora do 5G desvia investimento feito nas redes

EMPRESAS 16

Crise industrial pode atirar Alemanha para recessão

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Ações

Nove em cada dez cotadas mantiveram ou subiram o dividendo

As “big tech” e a banca europeia conduziram a pagamentos recorde.

HOME PAGE 2

RADAR ÁFRICA

Angola afasta-se da China e faz cimeira com Estados Unidos

ECONOMIA 12

HOME PAGE

Jeff Chiu/AP

Nove em cada dez cotadas mantiveram ou subiram dividendos

As "big tech", que decidiram remunerar acionistas, e a banca europeia levaram o pagamento para níveis recorde no trimestre. Contudo, o aumento é geral, levando a Janus Henderson a rever em alta as projeções para o total do ano.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

Mais de 606 mil milhões de dólares chegaram aos acionistas de todo o mundo entre abril e junho. Nunca se pagou tanto em dividendos, numa tendência que é generalizada por todo o mundo, de acordo com uma análise da Janus Henderson, que reviu em alta as projeções para o conjunto do ano, esperando agora que sejam distribuídos 1,74 biliões de dólares.

O mais recente Janus Henderson Global Dividend Index indica que o rácio de "payout" (a parcela dos lucros que é distribuída na forma de dividendos) global subiu 5,8% numa base comparável, para o máximo de sempre de 606,1 mil milhões de dólares. Já o crescimento subjacente (que tem em conta as variações cambiais) foi ainda mais forte: 8,2%, devido ao impacto do enfraquecimento do iene.

O crescimento foi generalizado: 92% das empresas cotadas em todo o mundo mantiveram ou subiram os dividendos. Além disso, dois terços dos setores registaram aumentos na ordem dos dois dígitos e apenas três tiveram perdas. Ainda assim, há dois segmentos que se destacam: a banca e a tecnologia.

A dona da rede social Facebook distribuiu, em março deste ano, dividendos pela primeira vez na sua história.

Meta e Alphabet impulsionam o crescimento anual em 1,1 pontos percentuais.

"O início da distribuição de dividendos pelas grandes empresas americanas de tecnologia Meta e Alphabet, bem como pela chinesa Alibaba, entre outras, é um sinal verdadeiramente positivo que irá impulsionar o crescimento global dos dividendos em 1,1 pontos percentuais este ano", explica Jane Shoemake, gestora de portefólio de clientes na equipa global de ações da Janus Henderson.

Segundo a especialista, estas empresas estão a seguir o caminho trilhado pelas indústrias em crescimento ao longo dos últimos dois séculos, atingindo um ponto de maturidade em que os dividendos são uma "via natural" para devolver excedente de caixa aos acionistas. "Ao fazê-lo, confundiram os céticos que diziam que este grupo de empresas era diferente. O mercado de ações simplesmente evolui ao longo do tempo, à medida que as indústrias sobem e descem, em função da evolução das necessidades da sociedade. O pagamento de dividendos irá também alargar a sua atratividade junto dos investidores para quem os dividendos são uma parte vital da sua estratégia de investimento e poderá também encorajar mais empresas a seguir o exemplo", acrescenta.

Dois quintos do crescimento de 8,6% nos dividendos dos EUA deveram-se à Meta e Alphabet. Por seu turno, o segundo trimestre marca, em termos de calendário, um ponto alto para a Europa. E o total de 204,6 mil milhões de dólares constituiu um recorde histórico para a região, uma vez que os pagamentos aumentaram 7,7% – mais de metade graças aos bancos, que beneficiaram do contexto de taxas de juro mais elevadas. Em sentido contrário, a Alemanha assistiu a um recuo de 1,2% em termos anuais devido a um grande corte por parte da Bayer.

"Tínhamos expectativas otimistas para o segundo trimestre e o cenário foi ainda mais brilhante do que prevíamos, graças à força da Europa, dos EUA, do Canadá e do Japão", diz Jane Shoemake, defendendo que, por todo o mundo, as economias têm "suportado bem" o peso das taxas de juro altistas. "A inflação abrandou, enquanto o crescimento económico foi melhor do que o previsto. As empresas também se mostraram resilientes e, na maioria dos setores, continuam a investir no crescimento futuro. Este cenário benigno tem sido especialmente positivo para o setor bancário, que está a usufruir de margens fortes e de imparidades de crédito limitadas, o que reforçou os lucros e gerou muito dinheiro para dividendos", refere.

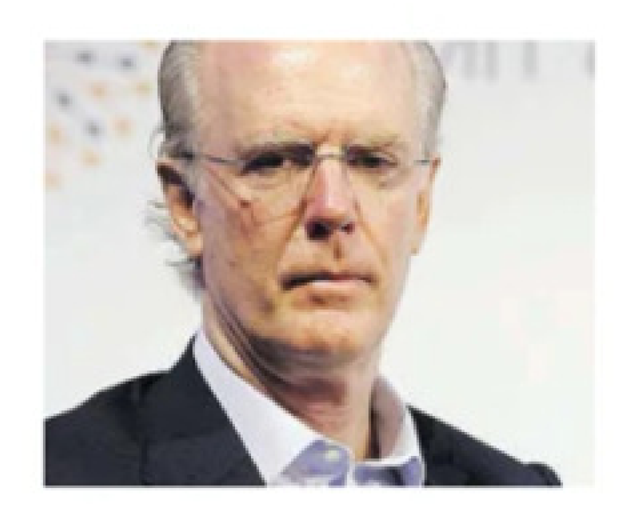
Mais de metade do aumento no segundo trimestre na Europa deve-se à banca.

Após um segundo trimestre forte, a Janus Henderson atualizou a sua previsão para os dividendos de 2024. Espera agora que as empresas de todo o mundo distribuam um recorde de 1,74 biliões de dólares, um aumento de 6,4% em comparação com 2023 numa base subjacente (acima dos anteriores 5% esperados) e de 4,7% em termos nominais (acima dos 3,9% da última projeção). ■

DIA

AÇÃO

Exxon Mobil fora da corrida à Namíbia castiga Galp Energia



Filipe Silva passou de CFO a CEO da Galp em maio de 2023, após a saída de Andy Brown.

Uma das maiores petrolíferas do mundo, a norte-americana Exxon Mobil retirou-se da corrida para comprar metade (40%) da participação de 80% da Galp no projeto de exploração de petróleo na Namíbia, no complexo de Mopane. Apesar de outras gigantes continuarem na corrida a decisão não foi bem vista pelos investidores e as ações da petrolífera portuguesa perderam quase 1%, num dia positivo para o PSI.



-0,77%

Variação este ano: **29,91%**
Valor em bolsa:
13.397,5 milhões de euros

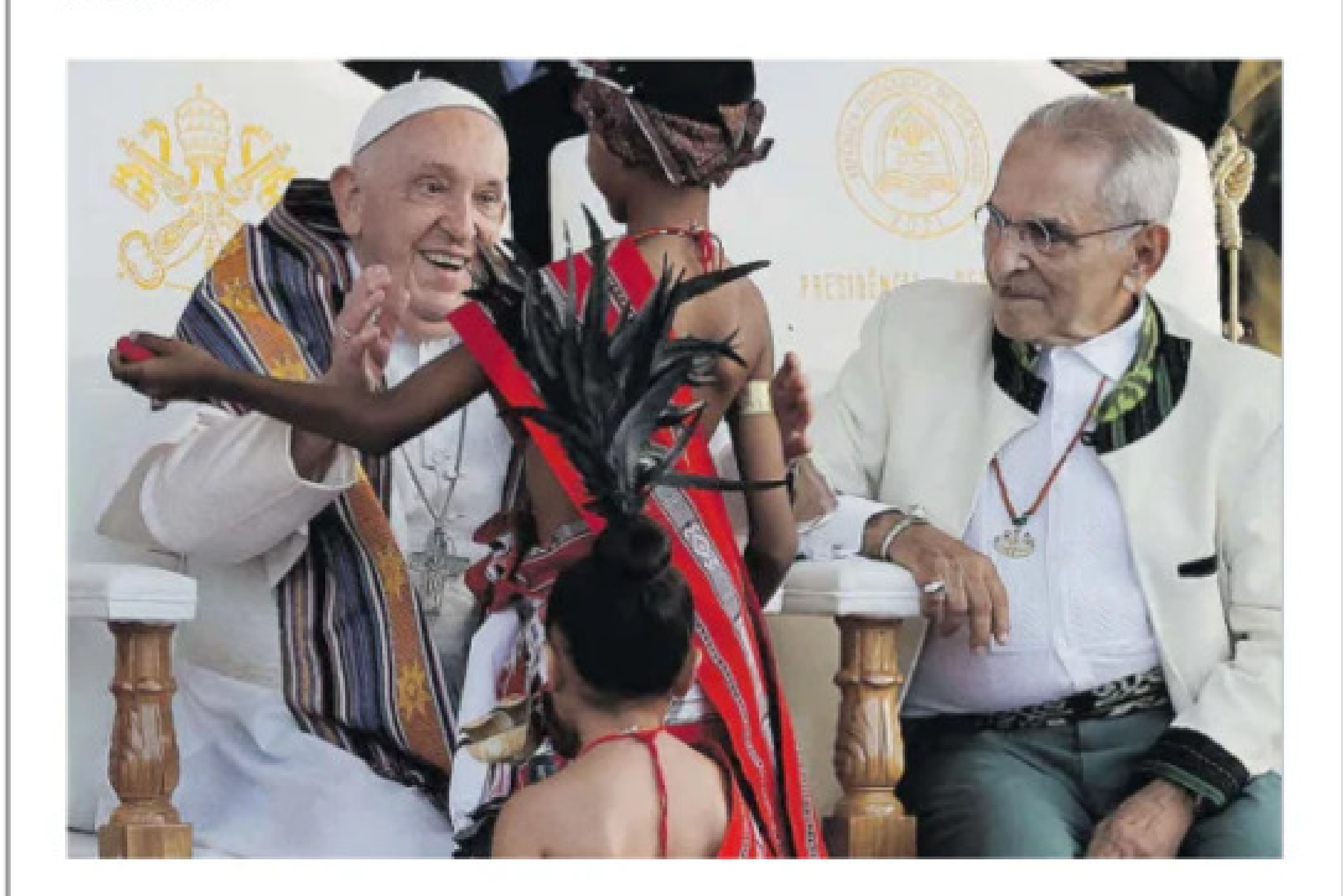
FRASE

“O que temos de fazer é analisar a vontade política de ter projetos europeus comuns.



URSULA VON DER LEYEN
Presidente da Comissão Europeia

FOTO



Francisco fala em tétum para abençoar timorenses

Cerca de 400 pessoas, autoridades políticas e religiosas, sociedade civil e cultural, ouviram ontem o primeiro discurso do Papa em Timor-Leste, que terminou pedindo em tétum que Deus abençoe o país. No exterior do Palácio Presidencial, na capital timorense, aguardava-se em silêncio qualquer ato protocolar ou a passagem de Francisco, segundo a Lusa.

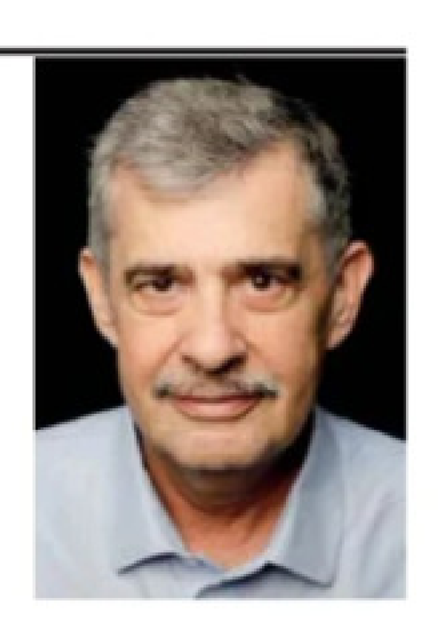
Fotografia: Reuters

NÚMERO



A Grécia vai impor um novo imposto de 20 euros aos turistas que desembarcarem de um navio de cruzeiro na ilha de Santorini ou Mykonos durante a época alta do verão.

EDITORIAL





CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

Colosso com pés de barro

A Comissão Europeia, liderada por Ursula von der Leyen, pediu há um ano a Mario Draghi um relatório sobre a competitividade da UE face a concorrentes como a China ou os Estados Unidos. O documento foi agora conhecido e, como era expectável, reforça uma visão da UE que resulta da conjugação de quatros factos da história recente, a saber:

1) A pandemia de covid-19 e a perceção das vulnerabilidades económicas da UE; 2) A instabilidade política nos EUA que obriga a reequacionar as relações bilaterais; 3) A guerra na Ucrânia que fez despertar os Estados-membros para a problemática de defesa; 4) A aproximação da China à Rússia assim como a concorrência crescente (e, na maior parte das vezes, desleal) que as empresas europeias enfrentam e é promovida por empresas chinesas.

Mario Draghi, antigo primeiro-ministro italiano e ex-presidente do Banco Central Europeu, sugere a emissão regular de dívida conjunta na UE , aposta maciça em defesa e uma nova estratégia industrial comunitária neste domínio. Em reação às propostas apresentadas por Mario Draghi, Ursula von der Leyen acrescentou o óbvio, a necessidade de existir "vontade política" entre os Estados-membros para se avançar com investimentos conjuntos.

Se não vencer este desafio, a UE estará condenada a uma absoluta irrelevância.

O diagnóstico e as medidas sugeridas estão longe de ser uma novidade. Nem o poderiam ser, dado que a realidade que se apresenta diante dos líderes europeus é unívoca. O relatório serve (o que não é pouco) para enfatizar que a UE só se irá manter relevante se resolver mudar. Para isso, precisa de cortar o cordão umbilical com os EUA – que lhe deu imenso jeito e permitiu poupar muitos milhões em matéria de defesa – e de se afirmar como uma potência económica à escala global. Sem defesa nem indústria, a Europa é um colosso com pés de barro.

O desafio é gigantesco, atendendo a que apenas será vencido caso os Estados-membros se ponham de acordo no essencial. E será ainda mais complicado no quadro de um novo alargamento. Mas se não vencer este desafio, a UE estará condenada a uma irrelevância mundial que não poupará nenhum dos países que a integram.

PRIMEIRA LINHA MOTOR DA EUROPA GRIPOU?

Angelika Warmuth/Reuters



Em julho, a produção no setor automóvel caiu 8,1% em termos homólogos. Setor está a ser penalizado pela concorrência da China.

Crise industrial pode atirar Alemanha para recessão

O motor da economia alemã está gripado e pode não recuperar tão cedo. A produção industrial caiu em julho, sinalizando que a economia pode entrar em recessão no terceiro trimestre. Parte dos problemas são estruturais e crise industrial pode ter vindo para ficar.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt

Com a crise da indústria, sobretudo do setor automóvel, a agravar-se na Alemanha, a maior economia europeia pode entrar em recessão já neste trimestre. Os analistas esperam, na melhor das hipóteses, uma estagnação no conjunto do ano. Mas o problema é em parte estrutural.

Na semana passada, o Destatis, gabinete de estatísticas alemão, divulgou que a produção industrial caiu 2,4% em julho face ao mês anterior, muito mais do que era esperado. A queda deixou a produção industrial 2,2% abaixo do seu nível médio e 9,5% abaixo do seu pico mais recente (de fevereiro de 2023). A queda foi generalizada, mas particularmente acentuada nos dois principais setores da indústria alemã: a produção automóvel e de equipamento elétrico, que diminuíram 8,1% e 7%, respetivamente.

"A grande queda na produção industrial em julho mostra que o setor está a passar por uma crise acentuada e que, depois da contração no segundo trimestre, a economia alemã pode entrar numa recessão técnica no terceiro trimestre", considera Franziska Palmas, da Capital Economics.

A somar aos indicadores de confiança fracos – que se reduziram a metade em agosto –, "o risco de outro trimestre de estagnação ou mesmo contração aumentou claramente", escreve Carsten Brzeski, analista do ING. Mais do que isso: os dados não refletem apenas "um arranque fraco do terceiro trimestre, são mais uma ilustração de que será difícil pôr a economia a crescer de forma forte e sustentada", acrescenta.

Isto porque, segundo as contas de um estudo da Bloomberg Economics divulgado em julho, a indústria alemã não vai ser capaz de recuperar totalmente o que perdeu nos últimos anos. Metade das perdas são cíclicas, mas o resto é estrutural e veio para ficar.

Carsten Brzeski resume ao Negócios: se a subida das taxas de juro e a perda de poder de compra são fatores cíclicos a pesar na indústria alemã, as mudanças no papel da China – que passou de destino das exportações alemãs a concorrente direto –, a subida do preço da energia e a evolução tecnológica da própria indústria (que alguns analistas dizem que o setor não está a

acompanhar) são fatores estruturais, com efeitos duradouros.

A ameaça da China

Na verdade, as fábricas alemãs têm estado a fraquejar desde 2018, mas a invasão da Ucrânia pela Rússia no início de 2022, que fez disparar os preços da energia, e a intensa concorrência dos produtores de automóveis chineses, por vezes apoiados por subsídios governamentais, atingiram fortemente o setor.

Aliás, um relatório recente do Banco Central Europeu (BCE) estimava que, entre 2019 e 2023, o custo de fazer um carro na Europa aumentou 7,5% face a uma alternativa "made in China", o que resultou numa queda de 15% na quota de mercado global dos construtores europeus.

O exemplo mais recente da crise no setor automóvel alemão vem da Volkswagen. No início de setembro, a gigante alemã admitiu estar a estudar o encerramento de fábricas na Alemanha pela primeira vez em 87 anos. E o diretor-executivo do grupo, Oliver Blume, justificava a decisão com o facto de o país "estar a perder cada vez mais terreno em termos de competitividade".

E dificuldades nas fábricas alemãs significam problemas para a economia como um todo. A indústria é muito mais importante para a Alemanha do que para muitos dos seus pares: representa quase duas vezes mais da atividade total do que a vizinha França ou mesmo do que dos Estados Unidos.

É neste contexto que o instituto Kiel estima que a economia alemã recue novamente este ano, em 0,1%, depois de ter contraído 0,3% em 2023. Nas previsões de outono, reviram também em baixa as estimativas para os próximos anos (que admitem ser de baixo crescimento). "A economia alemã está a enfrentar uma crise que não é só cíclica, mas também estrutural", afirma Moritz Schularick, presidente do Kiel. "Os cortes orçamentais do governo são um fardo adicional e a redução das taxas de juro do BCE já vem tarde para a Alemanha."

Também o instituto Ifo reduz a previsão para este ano e espera agora que a economia, no máximo, fique estagnada em 2024.

E com o motor europeu com dificuldades em arrancar, "a economia europeia, já fragilizada, vai ressentir-se", afirma o ING. ■

TOME NOTA

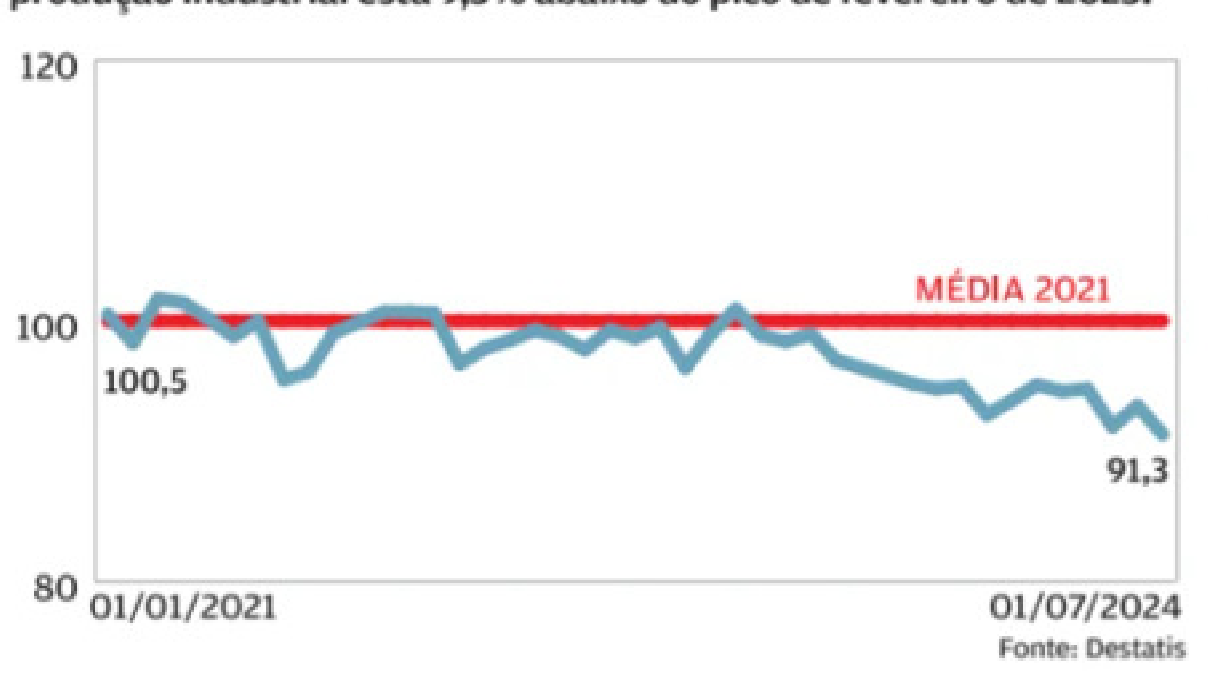
Três gráficos sobre a economia alemã

Depois de no segundo trimestre a economia alemã ter recuado, a queda na produção industrial e no sentimento económico dão sinais de que isso também pode acontecer no terceiro trimestre.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 2,4%

Índice mensal de produção industrial (100 = 2021)

Em julho, a produção da indústria caiu 2,4%, afastando-se ainda mais do nível-base registado e é o valor mais baixo em mais de três anos. A produção industrial está 9,5% abaixo do pico de fevereiro de 2023.



Fonte: Destatis

ALEMANHA CONTRAI, EURO QUASE ESTAGNA

Variação em cadeia do PIB, na Alemanha e na Zona Euro, em percentagem

Desde o arranque de 2022 (com a invasão da Ucrânia pela Rússia) que a economia alemã tem sofrido mais do que a do conjunto do euro. No segundo trimestre, o PIB alemão contraiu 0,1%, enquanto a economia da Zona Euro teve uma expansão de apenas 0,2%.

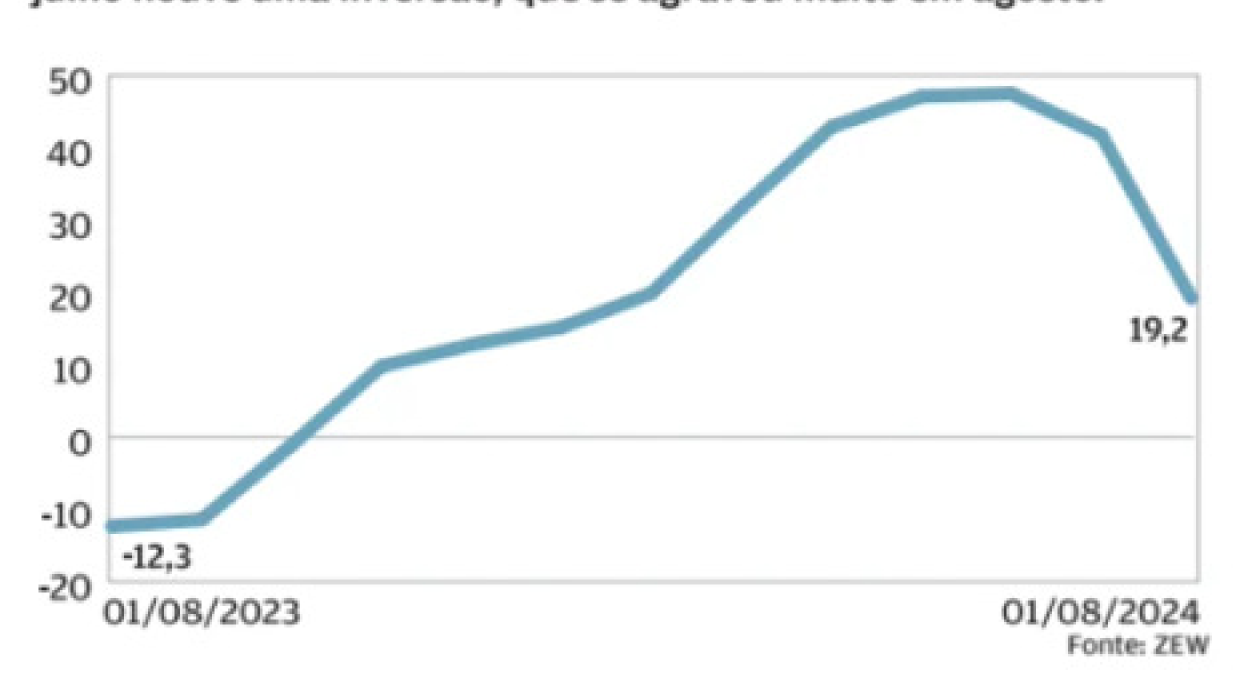


Fonte: Eurostat

SENTIMENTO ECONÓMICO EM QUEDA

Variação em cadeia do sentimento económico, em percentagem

Na Alemanha, o sentimento económico esteve em recuperação até junho, quando atingiu um pico de 10 meses. No entanto, a partir de julho houve uma inversão, que se agravou muito em agosto.



Fonte: ZEW

PERGUNTAS A GONÇALO PINA

Professor de Economia Internacional na ESCP Business School (Alemanha)



"Esta crise na indústria alemã veio para ficar"

A crise na indústria alemã "veio para ficar" e isso, claro, "são más notícias" para o resto da Europa, diz Gonçalo Pina.



Infelizmente, a situação política extremamente fragmentada não vai ajudar.



Porque é que a economia alemã não consegue descolar?

É uma crise transversal. Depois da covid (desde 2022), a Alemanha tem o consumo privado estagnado, investimento privado a decrescer, investimento público estagnado, e, pior que tudo, exportações a aumentar muito menos do que nos outros países europeus (1% comparado, por exemplo, com 10% na Espanha). A isto junta-se uma incapacidade de usar a política orçamental, apesar da dívida baixa, para contrariar esta tendência. A economia alemã foi mais atingida pelos choques estruturais da subida dos custos energéticos e do novo papel da China na economia mundial.

O que explica a crise do setor industrial?

Há dois fatores cruciais. Primeiro, os custos de energia, que subiram muito na Alemanha e que vão continuar elevados nos próximos anos. Isto não é só por causa da Rússia. A transição para a energia renovável (e sem energia nuclear) está a sair mais cara do que o esperado. Segundo, a China. Era o maior mercado para produtos alemães, mas agora que subiu na cadeia de valor é um concorrente direto da Alemanha. Importa menos da Alemanha e até exporta. Isto é particularmente claro na indústria automóvel, vejam-se as dificuldades recentes da Volkswagen.

Esta crise veio para ficar?

Esta crise veio para ficar, sim. O setor industrial alemão é extremamente dependente do comércio externo e o conflito com a China não vai ajudar. O peso do setor industrial na economia alemã tem vindo a diminuir desde 2018 e pode reduzir ainda mais se "clusters" industriais fecharem. A Alemanha precisa de aumentar a procura interna substancialmente, encontrar novos mercados externos, de ser mais aberta ao capital humano estrangeiro e de ter menos regulamentações para facilitar o investimento. Infelizmente, a situação política extremamente fragmentada não vai ajudar.

Que impactos pode ter na economia da Zona Euro?

É a maior economia da Zona Euro, claro que são más notícias. A estagnação da Alemanha afeta diretamente os parceiros comerciais e propaga-se para os outros países. ■

Terramoto político na Alemanha ameaça reeleição de Scholz

Depois da derrota nos estados da Turíngia e na Saxónia, o chanceler alemão arrisca uma nova derrota em eleições regionais ainda este mês. Crescimento da extrema-direita fragiliza coligação e penaliza Scholz na recandidatura ao cargo.

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt



A vitória da extrema-direita no Leste da Alemanha, mesmo sem maioria, altera a paisagem política do país.

O crescimento da extrema-direita no Leste da Alemanha, com a vitória no estado federado da Turíngia, está a colocar pressão sobre o Governo de Olaf Scholz. Apesar dos apelos a um "cordão sanitário", a Alemanha prepara-se agora para uma réplica deste terramoto político nas eleições de dia 22. Um resultado negativo pode pôr em risco o futuro político de Olaf Scholz, que luta pela reeleição nas eleições do próximo ano.

Para já, a chegada da Alternativa para a Alemanha (AfD) ao poder na Turíngia parece pouco provável. O partido venceu as eleições regionais com 32,8% dos votos, mas não conseguiu maioria absoluta. Terá, por isso, de negociar com outras forças políticas para formar Governo, mas, até agora, nenhuma se mostrou disponível a dar a mão ao partido liderado por Björn Höcke naquele estado. Ainda assim, trata-se da primeira vitória da extrema-direita desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o que gerou ondas de choque em toda a Europa.

Na mesma noite, a AfD conseguiu também o segundo lugar nas eleições regionais do estado federal da Saxónia. Aí, conseguiu 30,6% dos votos e ficou a apenas um ponto percentual de distância da CDU, que venceu as eleições.

Enquanto isso, o Partido Social Democrata (SPD) de Olaf Scholz e os restantes partidos da coligação governamental – Verdes e liberais do FDP – foram os grandes derrotados dessas eleições. Na Turíngia, o SPD não foi além dos 6%, enquanto os Verdes e o FDP ficaram de fora do Parlamento estadual por não terem alcançado os 5% necessários para eleger deputados. Já na Saxónia, o SPD conseguiu 7,3% e os Verdes 5,1%, enquanto os liberais ficaram de fora do Parlamento estadual.

Derrotas nas regionais podem levar o SPD de Scholz a escolher um novo rosto para as eleições de setembro de 2025.

Uma mudança mais vasta?

Embora esses resultados não possam ser extrapolados para o Parlamento nacional, a verdade é que revelam uma clara mudança política e um crescente descontentamento político dos cidadãos da antiga Alemanha de leste (RDA), que se sentem deixados para trás. "Um partido do chanceler que tem um resultado de apenas um dígito em dois estados do Leste tem de se perguntar a si próprio se ainda está a fazer políticas para todas as pessoas da Alemanha", alertou o secretário-geral da CDU, Carsten Linnemann.

Acresce que as próximas eleições regionais, que vão ter lugar em Brandeburgo a 22 de setembro, também não são favoráveis a Olaf Scholz. As sondagens colocam, mais uma vez, a AfD à frente do SPD – que governa há 11 anos nesse estado da Alemanha de leste –, com 24% das intenções de voto.

Um novo resultado negativo nas eleições regionais pode comprometer a liderança de Scholz. Os analistas do ING consideram que "os próximos dias vão mostrar se estas eleições funcionaram como um alerta para políticas económicas mais poderosas" por parte da coligação governamental para dar resposta ao descontentamento dos alemães com o fraco crescimento económico e a desindustrialização do país, "ou

Filip Singer/EPA





As eleições regionais sugerem que algumas tendências políticas recentes provavelmente vão continuar a nível nacional.

CARSTEN BRZESKI
Analista do ING

A AfD prejudica o país. Enfraquece a economia, divide a sociedade e arruína a reputação do nosso país.

OLAF SCHOLZ
Chanceler alemão



se só se agravou o impasse político". No caso da Turíngia, teme-se uma paralisação dos trabalhos parlamentares, com a extrema-direita em maioria no Parlamento estadual.

"As eleições regionais sugerem que algumas tendências políticas recentes provavelmente vão continuar a nível nacional. Por um lado, os partidos tradicionais provavelmente vão continuar a incorporar elementos dos programas da AfD e da BSW [Aliança Sahra Wagenknecht, um partido da esquerda populista anti-imigração] nas suas próprias propostas". É o caso das políticas de imigração e da ajuda militar à Ucrânia.

O cenário de eleições antecipadas parece ser pouco provável – tendo em conta que haverá eleições federais em setembro de 2025 –, mas há risco de o SPD ser forçado a escolher outro candidato para apresentar às eleições do próximo ano. O ministro da Defesa, Boris Pistorius, goza de grande popularidade junto dos alemães e, segundo os analistas, pode ser uma alternativa viável caso o SPD decida avançar com uma renovação da liderança em resposta aos maus resultados eleitorais. ■

Preços e economia arrefecem e pressionam BCE a baixar juros

A inflação na Alemanha desceu para 2% e, com a economia a dar sinais de entrar em recessão no terceiro trimestre, pressiona o BCE a baixar juros.

A subida dos preços na Alemanha abrandou para 2% em agosto, atingindo o valor mais baixo em mais de três anos, o que os analistas viram como mais um sinal para o BCE reduzir as taxas de juro na próxima reunião, esta quinta-feira.

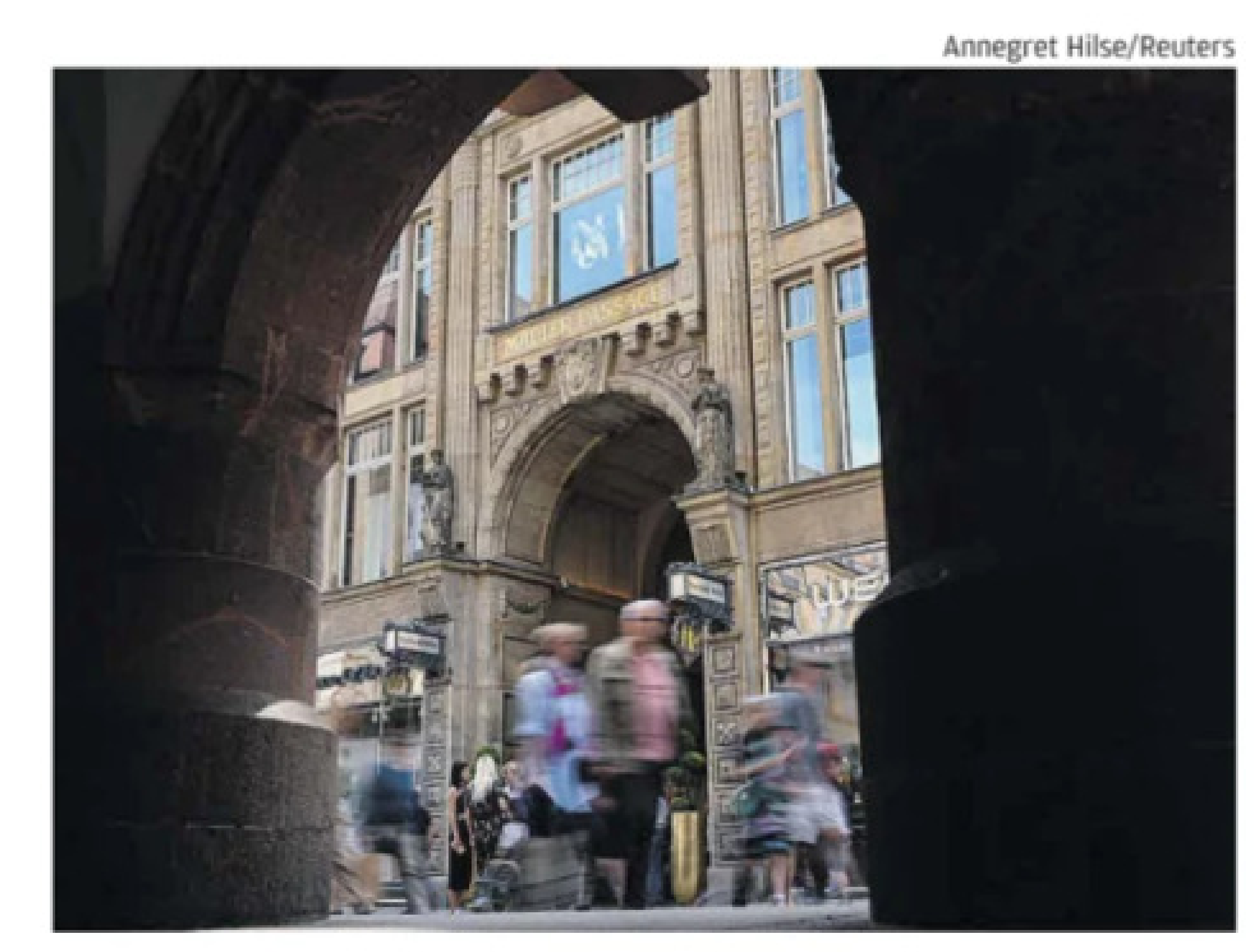
"A taxa de inflação em agosto tem tudo o que o Banco Central Europeu [BCE] precisa para continuar a descer as taxas de juro na reunião de setembro", afirmou, numa análise recente, Carsten Brzeski, analista do banco ING.

O valor corresponde ao objetivo de médio prazo do BCE – de 2% – e chegar a essa meta (na média da Zona Euro) tem sido o derradeiro objetivo dos governadores da autoridade monetária, desde que os preços dispararam para valores máximos após a invasão da Ucrânia pela Rússia, no arranque de 2022.

Depois de ter atingido 2,6% em julho, a subida de preços na Alemanha abrandou para 2% em agosto e atingiu o valor mais baixo desde junho de 2021, ficando também abaixo das expectativas dos analistas.

A redução da taxa de inflação na Alemanha resultou de reduções nos preços da energia e de efeitos-base favoráveis, bem como subidas de preços mais baixas na generalidade dos bens. Já os preços dos serviços continuaram perto dos 4%. A inflação subjacente, considerada mais persistente, também desceu; ao mesmo tempo, as variações mensais mostram reduções efetivas de preços nos alimentos e nos transportes. "São ótimas notícias para o BCE, porque mostra os primeiros sinais de uma tendência alargada de um processo de desinflação", acrescenta Carsten Brzeski.

Annegret Hilse/Reuters



Em agosto, a subida de preços abrandou para 2%.

Apesar de a taxa de inflação, no conjunto da Zona Euro, ter ficado ainda acima do objetivo (nos 2,2%), a economia alemã costuma ser um indicador seguido de perto para o conjunto dos países da moeda única.

Economia a cair também pressiona

O arrefecimento dos preços, a somar à possível recessão técnica no terceiro trimestre, pressiona o BCE a baixar os juros. Recorde-se que, depois da queda na produção industrial em julho, os economistas admitem um terceiro trimestre no negativo (e uma recessão técnica).

"Isso abre caminho para um corte nas taxas em setembro, mas com a inflação dos serviços ainda rígida, o ciclo de flexibilização será gradual", disse Franziska Palmas, da Capital Economics.

Já para o analista do ING, se a economia alemã ficar estagnada (ou mesmo voltar a recuar) no conjunto de 2024, essa fraqueza "pode ser outro argumento em favor de cortes mais agressivos nas taxas de juro em 2025".

Gonçalo Pina, professor de Economia Internacional da ESCP Business School de Berlim, é mais cauteloso e defende que "mesmo com uma desaceleração económica alemã, o BCE deve continuar com uma política monetária restritiva para controlar a inflação ao nível europeu".

Recorde-se que na Alemanha há ainda outros fatores a pressionar: as expectativas dos preços de venda futuros e do crescimento dos salários ainda são razões para ser cauteloso, consideram os analistas. ■

SUSANA PAULA

2%

INFLAÇÃO
A taxa de inflação da maior economia da Zona Euro desceu para 2% em agosto, o valor mais baixo desde junho de 2021.

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

Reuniões avançam com dois elefantes na sala

O PSD admite "modelar" a proposta da descida do IRC, mas o PS insiste em recusar descidas transversais de imposto. E também recusa um regime de IRS Jovem que se afaste muito do que agora existe. Negociações para o Orçamento prometem ser difíceis, com os socialistas a dizer que continuam a não dispor dos dados orçamentais de que necessitam.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Entre descer o IRC de forma transversal, para todas as empresas, ou continuar a apostar em reduções de imposto direcionadas e variáveis consoante as opções salariais ou de investimento dos empresários, que margem pode haver para "modelar" uma redução fiscal? Esta será uma das questões em cima da mesa nas reuniões preparatórias para o Orçamento do Estado de 2025 que o Governo convocou para esta terça-feira com os partidos da oposição. A descida do IRC será, aliás, um dos elefantes no meio da sala. O outro será o IRS Jovem, para o qual o Governo pretende um modelo novo e muito mais abrangente do que o atualmente em vigor, criado pelo PS.

Ainda antes das férias, no debate do Estado da Nação, Montenegro abriu a porta a alterações à proposta de redução do IRC que deu entrada no Parlamento e à qual o PS se opôs desde a primeira hora. Depois disso o líder parlamentar laranja, Hugo Soares, falou em "modelação" da medida, sem abrir o jogo sobre a forma como tal poderá acontecer e, mais recentemente, também Hugo Carneiro, deputado do PSD usou a mesma palavra.

Mas de que modelação podemos estar a falar, tendo em conta que para os socialistas uma descida transversal do imposto é "uma medida injusta" e que o que o Governo propõe é, precisamente, uma descida para todos até chegar aos 15% no final da legislatura?

As duas linhas vermelhas impostas pelo PS deram o tom às negociações, num contexto em que o Chega já se colocou fora da equação, com André Ventura a assegurar que votará contra o Orçamento e que essa decisão é "irrevogável".

O Governo quis deixar a descida do IRC fora do OE para não condicionar as negociações, mas acabaria por acontecer exatamente o contrário e, na prática, a aprovação do documento joga-se agora em dois tabuleiros: para negociar o Orçamento, terá também de negociar o IRC e se este passar como está com o apoio da direita, então será o OE a ficar pelo caminho, porque o PS votará contra. O mesmo acontece com o IRS Jovem, também objeto de uma proposta de lei autónoma e que o PS já disse que nunca aceitará tal como está, defendendo o modelo atual, embora admitindo "melhoramentos", nomeadamente deixando cair as restrições em termos de graus de ensino.

"O Partido Socialista nunca viabilizará um Orçamento de Estado que inclua ou tenha como pressupostos os regimes para o IRS e IRC que deram entrada na Assembleia da República", afirmou Pedro Nuno Santos na rentrée política. E é com esse pressuposto que os socialistas reúnem esta terça-feira com o Governo, "aguardando uma proposta" resume uma fonte do partido.

As reuniões deverão acontecer a partir das 10 da manhã, na sala do Governo no Parlamento, e contarão com a presença dos ministros das Finanças, da Presidência e dos Assuntos Parlamentares. O encontro com o Chega teve de ser marcado para quarta-feira, 11, por causa das suas jornadas parlamentares, que decorrem esta terça-feira.



O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, lidera a delegação do Governo nas reuniões com os partidos da

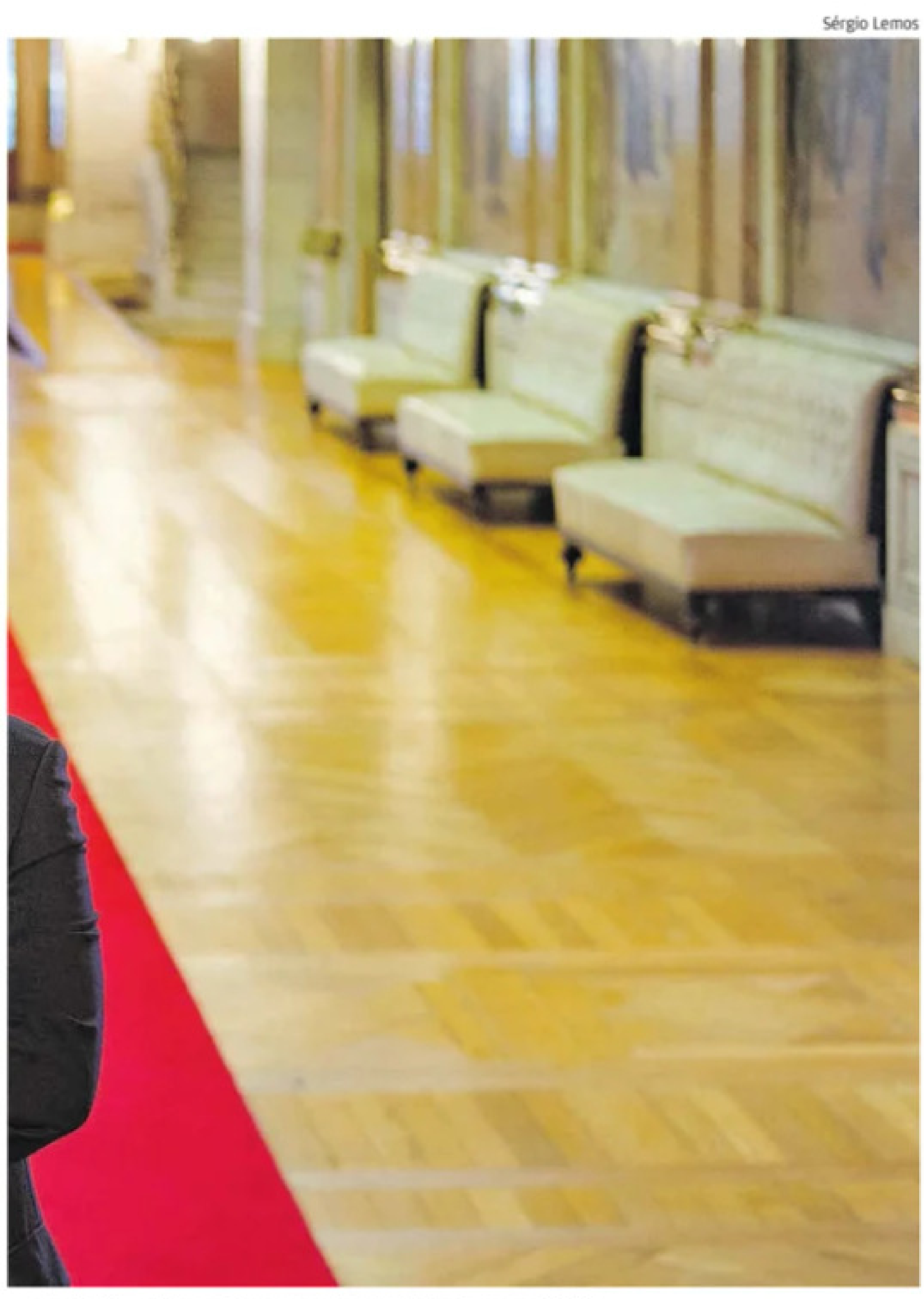
> **É preciso respeitar o espaço de negociação e dar tempo aos partidos e ao Governo para falarem.**
>
> HUGO CARNEIRO
> Vice-presidente da bancada parlamentar do PSD

Do lado do Executivo e do grupo parlamentar do PSD, ninguém quer abrir o jogo. Hugo Carneiro, vice-presidente da bancada, volta a lembrar a abertura para "modelar" a descida do IRC e afirma que "é preciso respeitar o espaço de negociação e dar tempo aos partidos e ao Governo para falarem e continuarem as negociações". Até porque, sublinha, "é muito importante que o país tenha um OE aprovado e que, para isso, seja encontrado um consenso".

E qual é a folga orçamental que existe?

Outra estão levantada pelo PS e apontada também como entrave às negociações tem a ver com o cenário orçamental para 2025, que os socialistas entendem que não está claro, considerando "insuficiente" a informação prestada até agora pelo Executivo incluídas no Quadro Plurianual das Despesas

Sérgio Lemos



oposição sobre o Orçamento do Estado para 2025.

Públicas (QPDP) enviado ao Parlamento na passada semana.

"Para fazermos as nossas propostas, precisamos de saber precisamos de saber qual é o cenário orçamental para 2025 com o respetivo saldo" e "o espaço que ainda existe", tem afirmado Pedro Nuno Santos. Segundo fonte oficial do PS, até esta segunda-feira ao final da tarde, o Governo não tinha disponibilizado aos deputados quaisquer dados adicionais.

Além do QPDP o Governo entregou também o Quadro de Políticas Invariantes – uma obrigação que decorre da Lei de Enquadramento Orçamental – com a despesa já comprometida. Só com medidas herdadas do passado, já legisladas pelo Governo e aprovadas pela oposição à revelia do Executivo, o Orçamento do Estado para o próximo tem de acomodar despesa no valor de 5,8 mil milhões de euros. ■

SONDAGEM

Grande maioria apoia imposto especial sobre grandes fortunas

Discussão ressurgiu com a proposta encabeçada pelo Brasil de um imposto mínimo sobre os multimilionários. Por outro lado, mais de três quartos concorda com suplemento extra para os pensionistas a pagar já em outubro.

O tema ainda está ao nível da discussão geral entre alguns países e ainda não há sequer um enquadramento genérico, mas a esmagadora maioria dos inquiridos do barómetro da Intercampus para o Negócios, Correio da Manhã e CMTV concorda com a criação de um imposto especial sobre a riqueza.

De acordo com os resultados da sondagem de agosto, 79% dos inquiridos são favoráveis a esta medida. Cerca de 15% estão contra e uma pequena parte não tem opinião sobre esta matéria.

O debate foi lançado pelo Brasil durante a presidência do G20 que ainda decorre e de que Portugal foi um dos países convidados. A análise e esboço de proposta foi pedida por Lula da Silva ao economista francês Gabriel Zucman. No relatório revelado no final de junho, Zucman avançou com uma proposta para uma norma internacional que garanta uma tributação efetiva das pessoas com um património líquido muito elevado.

Na proposta de base, as pessoas com um património superior a mil milhões de dólares seriam tributadas anualmente com um imposto mínimo igual a 2% do seu património. A ideia teve, logo na primeira fase, o apoio de países como a França, a Alemanha, Espanha e a África do Sul. A discussão passou para o nível dos ministros das Finanças do G20, mas só com o memorando final da presidência do Brasil será possível perceber a disposição dos países membros para acarinharem a proposta.

A discussão em Portugal não é nova. O Bloco de Esquerda já apresentou uma proposta para um imposto sobre grandes fortunas a partir de 1,6 milhões de euros, com uma estrutura desagregada por escalões de património.

Ao nível da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) – que também coordenou a discussão sobre a criação de um imposto mínimo de 15% –, são poucos os países com um imposto específico sobre a riqueza. Em 2021, eram apenas cinco: Noruega, Espanha, Suíça e Colômbia, sendo que existiam outros territórios com uma tributação especial sobre alguns ativos.

Bónus das pensões com amplo apoio

Em matérias mais internas, o barómetro de agosto quis conhecer a opinião dos portugueses sobre o bónus extraordinário para os pensionistas com reformas mais baixas que será pago em outubro. Mais de três quartos dos inquiridos concorda com a medida, se somarmos os que "concordam completamente" (40,4%) e os que "globalmente concordam" (36,3%). Juntando as duas respostas obtemos um resultado de 76,7%.

O suplemento varia entre 100 e 200 euros, consoante o valor da pensão. O bónus destina-se a todos os pensionistas com pensões até 1.527,78 euros, o equivalente a três IAS – indexante de apoios sociais e tem três escalões: de 200 euros para pensionistas com pensões de montante igual ou inferior a 509,26 (1 IAS); 150 euros para montantes superiores a 509,26 e igual ou inferior a 1.018,52 euros; e 100 euros para pensionistas com pensões de montante superior a 1.018,52 e igual ou inferior a 1.527,78 euros. ■

PAULO RIBEIRO PINTO

BÓNUS DAS PENSÕES COM AMPLO APOIO

Até que ponto concorda com este pagamento extra? Em percentagem

A esmagadora maioria dos inquiridos concorda com o suplemento extraordinário entre 100 e 200 euros para os pensionistas com reformas mais baixas. Bónus será pago já em outubro.



Fonte: Intercampus

FICHA TÉCNICA

Objetivo: Sondagem realizada pela Intercampus para a CMTV, com o objetivo de conhecer a opinião dos portugueses sobre diversos temas da política nacional, incluindo a intenção de voto em eleições legislativas. **Universo:** População portuguesa, com 18 e mais anos de idade, eleitoralmente recenseada, residente em Portugal continental. **Amostra:** A amostra é constituída por 604 entrevistas, com distribuição proporcional por género, idade e região. **Seleção da amostra:** A seleção do lar fez-se através da geração aleatória de números de telefone fixo/móvel. No lar a seleção do respondente foi realizada através do método de quotas de género e idade (3 grupos). Foi elaborada uma matriz de quotas por Região (NUTSII), Género e Idade, com base nos dados do Recenseamento Eleitoral da População Portuguesa (31/12/2023) da Direção Geral da Administração Interna (DGAI). **Recolha da Informação:** A informação foi recolhida através de entrevista telefónica, em total privacidade. Os trabalhos de campo decorreram de 29 de agosto a 4 de setembro de 2024. **Margem de Erro:** O erro máximo de amostragem deste estudo, para um intervalo de confiança de 95%, é de 4%. **Taxa de Resposta:** A taxa de resposta foi de 62,3%.

COMPETITIVIDADE

Draghi acena a frugais com papel da dívida para segurar capital na UE

Relatório do ex-presidente do BCE elege Defesa e interligações energéticas com prioridades. A ideia de mais endividamento comum é só "instrumental", mas tornaria "infinitamente mais fácil completar a união de mercado de capitais".

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

A ideia de mais endividamento comum europeu continua a não cair bem em algumas das principais capitais da UE – em Berlim, sobretudo –, mas a mensagem, introduzida com discrição no muito aguardado relatório Draghi para a competitividade do bloco, é a de que uma nova emissão conjunta poderá ser determinante para o dossiê da União do Mercado de Capitais, há muito parado. Haver um "ativo de refúgio comum" serviria de referencial para o financiamento das empresas, de garantia para os Estados-membros e geraria maior liquidez para atrair ou manter investidores no bloco.

Apresentado nesta segunda-feira com mais de dois meses de atraso face ao calendário inicialmente anunciado pela Comissão Europeia, o documento preparado pelo ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, identifica necessidades adicionais de investimento de até 800 mil milhões de euros por ano para manter os 27 em jogo num campeonato industrial cada vez mais liderado por EUA e China, e avisa que em muitas áreas não vai ser possível avançar apenas com iniciativa privada. Desde logo, na indústria da Defesa, mas também – pelo menos, numa fase inicial – nas redes de interligação energética (uma e outra prioridades nas diferentes geografias europeias, perante a ameaça russa e o recente choque energético).

A ideia de haver nova emissão de dívida comum – à semelhança do que ocorreu com os planos de recuperação pós-covid – já tinha sido posta na mesa do Conselho Europeu em junho, com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a identificar então necessidades adicionais de investimento na Defesa europeia de 500 mil milhões de euros e a incitar os Estados-membros a decidirem o rumo político: aumentar contribuições para o Orçamento da UE ou procurar novos recursos próprios nos quais assentar as emissões de dívida. Caberá a Mario Draghi voltar à carga junto das lideranças dos Estados-membros quando apresentar o relatório desta segunda-feira aos 27.

Alemanha e Países Baixos estão entre os países que será difícil convencer, tendo já por várias vezes afastado a ideia. Ao lado de Draghi na conferência de apre-

800

INVESTIMENTO
O relatório Draghi diz que é necessário elevar o investimento anual da UE em 800 mil milhões de euros para garantir competitividade.

4,7%

PESO NO PIB
O aumento do investimento agora defendido corresponde a 4,7% do produto anual conjunto das economias dos 27.

Yves Herman/Reuters

Draghi entregou o aguardado relatório a Von der Leyen esta segunda-feira, com mais de dois meses de atraso.

sentação do relatório, e a dois dias de dar a conhecer o novo Executivo de Bruxelas e respetivas missões, Ursula von der Leyen fez questão de voltar a deixar tudo em aberto: "Primeiro, as prioridades comuns. Se a definirmos e estiver clara a prioridade comum europeia, então esta tem de ser financiada por dinheiro comum europeu. Há duas maneiras: as contribuições nacionais – todo o Orçamento, ou quase todo consiste em contribuições nacionais – ou novos recursos próprios. De ambas as maneiras é possível, e novos recursos próprios são também um forte incentivo para financiamento comum europeu", defendeu.

Draghi defendeu por um lado que a questão da dívida é apenas "instrumental" para chegar aos projetos necessários, mas, de forma mais contundente, salientou as vantagens de haver "um ativo de refúgio comum" (obrigações europeias), que – disse – "faria com que fosse infinitamente mais fácil completar a união de mercado de capitais". Olaf Scholz, o chanceler alemão, tem vindo recentemente a insistir que é preciso avançar neste domínio para travar a fuga de capitais para o mercado norte-americano. Emmanuel Macron, o Presidente francês, tem sido outra das vozes a insistir na urgência em fazer avançar o dossiê.

O documento elabora sobre as referidas vantagens. As obrigações da UE "facilitariam a uniformização dos preços de obrigações das empresas e dos derivativos ao fornecer um referencial-chave, por sua vez ajudando a estandardizar os produtos financeiros na UE e tornando os mercados mais comparáveis e transparentes". Também serviriam de "garantia" nos diferentes Estados-membros e permitiriam ter "um mercado líquido, grande, que atraia investidores globalmente, conduzindo a menores custos de capital e a mercados financeiros mais eficientes". Além disso, apoiaria o papel de reserva internacional do euro e, para as famílias, seria um ativo líquido, acessível e com juros fixados a um nível comum, para canalizarem poupanças, argumenta o relatório Draghi.

> **Um ativo comum de refúgio tornaria infinitamente mais fácil completar a União do Mercado de Capitais.**
>
> MARIO DRAGHI
> Ex-presidente do BCE

> **Se estiver clara a prioridade comum europeia, então esta tem de ser financiada por dinheiro comum.**
>
> URSULA VON DER LEYEN
> Presidente da Comissão Europeia

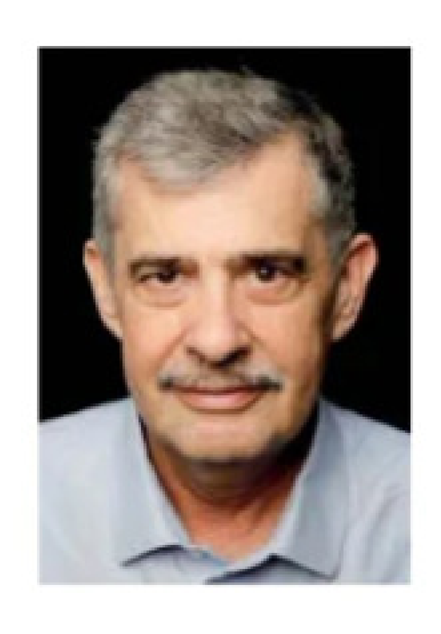
Num momento em que os principais Estados-membros vivem quadros políticos nacionais cada vez menos inclinados para o aprofundamento da integração europeia, uma e outra ideia – dívida comum e mercado de capitais comum – poderão passar dificilmente pelo teste de um Conselho Europeu. Mas, segundo Draghi, poderá não ser necessária uma nova crise para "fazer o que for preciso", com o italiano a lembrar que a UE pode avançar, nalguns capítulos, em "coligação dos que estão disponíveis", ou seja em cooperação reforçada. "A urgência está toda aqui", apelou, lembrando a guerra na Ucrânia, em especial, e a necessidade de reforço na Defesa.

Além do reforço do investimento, com meios da UE, o relatório Draghi defende também mudanças nas regras de governação da UE, identificando a possibilidade de veto num bloco alargado como entrave a maiores avanços e reconhecendo a necessidade de delegar mais poderes nacionais para a esfera comunitária em áreas que mexam com os "bens comuns" identificados: defesa, interligações energéticas e tecnologia inovadora. Também para estas áreas, as regras de ajudas de Estado devem continuar a manter-se flexíveis. Já na política comercial, Draghi alertou que uma posição demasiado dura em relação à China poderá ser prejudicial, desencadeando retaliações, e defendeu uma abordagem "pragmática, específica, caso a caso, e defensiva". "Não podemos ser mais suaves ou mais duros de forma transversal. Temos de olhar para setores específicos e decidir o que queremos fazer", disse. ■

ECONOMIA



Angola afasta-se da China e faz cimeira com os EUA



CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

Enquanto Pequim albergava o Fórum para a Cooperação China-África, Angola anunciou que vai receber, no próximo ano, a Cimeira de Negócios EUA-África. Mais um sinal do arrefecimento das relações entre os governos chinês e angolano.

Ampe Rogério/Lusa



O presidente angolano, João Lourenço, tem promovido o aprofundamento das relações Angola-EUA.

No plano oficial, as relações entre Angola e a China são pautadas pela normalidade. Nos bastidores, são cada vez mais evidentes os sinais de afastamento entre os dois países e uma aproximação de Luanda a Washington. O acordo assinado pela China com a Zâmbia e a Tanzânia, no âmbito do Fórum para a Cooperação China-África (FOFAC), realizado em Pequim e concluído na passada sexta-feira, é um sinal inequívoco desta realidade.

A China fechou um financiamento à Zâmbia e Tanzânia destinado a reabilitar a linha ferroviária de Tazara, a qual liga o centro do primeiro país ao porto de Dar es Salaam, capital do segundo, numa extensão de aproximadamente 1.900 quilómetros. A recuperação desta ligação visa oferecer uma rota alternativa de transporte de carga para o cobre e o cobalto da Zâmbia através do Oceano Índico, concorrendo com o corredor do Lobito, apoiado pelos Estados Unidos, que termina no porto do Lobito, no Atlântico.

A importância deste investimento ficou patente no facto de o memorando de entendimento ter sido assinado pelos presidentes da China, Tanzânia e Zâmbia, Xi Jinping, Samia Suluhu Hassan e, Hakainde Hichilema. Pequim compromete-se a disponibilizar mil milhões de dólares (901 mil milhões de euros) para a reabilitação desta ligação ferroviária que se assume claramente como uma alternativa ao corredor do Lobito.

Este acordo explica, parcialmente, a decisão do presidente angolano, João Lourenço, de cancelar a sua presença no FOFAC, opção que deixou os chineses "furiosos", tal como o Negócios avançou na edição da passada segunda-feira do Radar África.

No decurso do FOFAC, o governo chinês comprometeu-se a investir mais de 46 mil milhões de euros nos países africanos nos próximos três anos. O foco vai estar em parcerias que envolvam cadeias de abastecimento de minerais essenciais para o desenvolvimento de tecnologias verdes, incluindo baterias para veículos elétricos.

Uma cimeira com mais de 1.500 participantes

Em política raramente existem coincidências. Nesta medida é eloquente que tenha sido anunciado a 6 de setembro, precisamente no decurso do fórum promovido pela China, que Angola irá receber no próximo ano a Cimeira de Negócios Estados Unidos-África.

O entendimento que materializa a realização deste evento foi assinado por Agostinho Van-Dunem, embaixador de Angola nos EUA e Florizelle Lisera, presidente do Corporate Council on Africa (CCA). Um comunicado divulgado pela embaixada salienta que esta escolha resulta de um encontro entre João e Florizelle Liser , em maio deste ano em Dallas, no Texas.

"Neste encontro, os dois interlocutores ressaltaram o potencial económico de Angola, a sua importância estratégica em África, o interesse norte-americano em aumentar o envolvimento do Governo dos EUA e do seu setor privado na relação comercial com África, assim como a capacidade dos EUA e o continente africano, para conjuntamente darem respostas aos grandes desafios internacionais, com realce para a segurança alimentar, a segurança energética, a proteção ambiental e o comércio internacional", sublinha o comunicado.

Angola espera receber na Cimeira de Negócios de 2025 mais de 1.500 delegados, incluindo chefes de Estado africanos, altos funcionários do Governo dos Estados Unidos, presidentes de companhias, investidores e empresários. ■

BALANÇO E CONTAS

LIGA GUINEENSE DENUNCIA ESTRATÉGIA

O presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Bubacar Turé, citado pela agência Lusa, diz estar em curso no país uma estratégia de destruição de partidos políticos, por parte do poder instalado, "com a conivência" do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Jurista de formação, Turé falava durante uma vigília que a Liga dos Direitos Humanos organizou, na Casa dos Direitos, em Bissau, juntando cerca de seis dezenas de representantes de organizações da sociedade civil guineense. Bubacar Turé afirmou que o plano em causa foi iniciado em 2023, quando o poder político "assaltou" o STJ, "em conivência com o juiz Lima André", que passou a liderar a instituição.

INDIANOS ULTRAPASSAM LIMITES EM MOÇAMBIQUE

A mineradora Vulcan, empresa indiana que explora carvão em Moçambique, ultrapassou os "limites de poluição" em Moatize, no centro do país, e não observou os padrões de qualidade ambiental, disse Ivete Maibaze, ministra moçambicana da Terra e Ambiente. Só nos últimos três anos, adianta a agência Lusa, a Vulcan produziu anualmente mais de 35 milhões toneladas de carvão nas suas minas em Moatize.

20,7

O volume de negócios entre a China e Angola superou, em 2023, os 20,7 mil milhões de euros.



Construa um futuro verde.

Com a Caixa, a sua empresa pode lançar os alicerces de um futuro mais sustentável. Para isso, disponibilizamos condições especiais de financiamento às empresas do setor da Promoção Imobiliária com projetos sustentáveis.

- Soluções de leasing para financiar os seus projetos;
- Linhas de crédito específicas para apoio à descarbonização de edifícios, eficiência energética e construção de imóveis sustentáveis, com prazos de financiamento até 15 anos e carência até 3 anos, planos de reembolso flexíveis e condições de preço vantajosas;
- Acesso a parcerias exclusivas para financiamento à instalação de painéis solares;
- Oferta abrangente de crédito e seguros.

Fale com um dos nossos Gestores e meta mãos a um futuro mais verde.

Saiba mais em cgd.pt

Caixa. Com o Banco certo ao seu lado, a sua empresa cresce.

EMPRESAS

Bruno Colaço



António Costa Silva conduziu o processo de reprivatização da Efacec que culminou na venda ao fundo alemão Mutares.

INDÚSTRIA

"Será muito difícil o Estado recuperar tudo" na Efacec

De "consciência tranquila" por ter feito "o melhor possível", o antigo ministro da Economia António Costa Silva admite que parte das conclusões do Tribunal de Contas fazem sentido e atira a responsabilidade pela fiscalização da Efacec para a Parpública – tutelada pelo Ministério das Finanças.

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt

António Costa Silva, o ex-ministro da Economia responsável pela venda da Efacec ao fundo alemão Mutares, admite que a possibilidade de o Estado recuperar por completo a injeção pública na Efacec é remota. "Acho que na totalidade será muito difícil por causa das contingências da economia e o desenvolvimento de tudo o que se passa na envolvente externa da Efacec", afirma, em entrevista ao Negócios.

O relatório da auditoria do Tribunal de Contas (TdC) ao financiamento público à empresa, conhecido na semana passada, elenca falhas na nacionalização e posterior reprivatização da companhia, apontando para a hipótese de o Estado não conseguir recuperar o financiamento de 484 milhões de euros, sendo que a fatura para os contribuintes pode ser ainda maior.

O ex-governante responsável pela reprivatização – que sempre manifestou confiança em que o Estado consiga reaver o que colocou na companhia – recusa, no entanto, cenários "catastróficos" de uma retoma que fique muito aquém deste valor. "Nós tínhamos feito vários cenários. O cenário [de recuperação] mais otimista é superior a 435 milhões. No mais pessimista, podemos andar na ordem dos 350, 360 milhões", diz.

Tudo depende, sublinha, de vários fatores, nem todos controláveis: "Se tivéssemos, por exemplo, a economia europeia a crescer e não estagnada ou anémica como está, se não tivéssemos essas dificuldades geopolíticas e as dificuldades do comércio mundial, talvez recuperássemos mais rapidamente. Mas estamos a viver num mundo de crescente fragmentação, não só geopolítica como geoeconómica, e com sérias ameaças às próprias redes de abastecimento globais", nota Costa Silva. O ex-ministro acredita, ainda assim que "grande parte, uma parte significativa do investimento do Estado pode ser recuperado".

Parpública "tem os seus constrangimentos"

Uma das muitas críticas apontadas pelo Tribunal de Contas ao processo diz respeito à monitorização da Efacec no período entre a nacionalização de 2020 e o regresso a mãos privadas anunciado

Das discussões que tinha com os meus colegas [do Ministério das Finanças], eles davam todas as garantias que estavam a fazer tudo o que era possível.

Grande parte do investimento pode ser recuperado.

Acompanho a recomendação [do TdC]. Não podemos decretar uma nacionalização sem critérios claros.

ANTÓNIO COSTA SILVA
Ex-ministro da Economia, responsável pela reprivatização.



em 2023 – neste caso, as mãos alemãs da Mutares. "O financiamento da Efacec até à reprivatização foi o solicitado pela empresa, sem apreciação técnica da Parpública que validasse a sua razoabilidade e sem sistema de acompanhamento e monitorização apropriado e eficaz", lê-se no documento do TdC.

Uma observação que Costa Silva não contraria, admitindo que a Parpública "tem os seus constrangimentos, as suas regras, pode-se criticar se foi mais ou menos expedita". E deixando uma garantia: "Das discussões que tinha com os meus colegas, eles davam as garantias todas de que estavam a fazer tudo o que era possível", afirma, referindo-se ao Ministério das Finanças então liderado por Fernando Medina, que tutelava a entidade que gere as participações do Estado. "A monitorização foi feita sempre através da Parpública, no Governo somos solidários e quer o Ministro das Finanças quer o secretário de Estado das Finanças são pessoas de grande qualidade. Trabalhamos em articulação e eles tentaram assegurar toda essa parte", indica.

Costa Silva, de resto, até concorda com outra das conclusões do Tribunal: a de que o Governo tem de definir critérios para a classificação de empresa "estratégica para a economia nacional" – uma expressão que ao longo do processo usou inúmeras vezes, nesta ou noutra formulação. "Acompanho completamente a recomendação do Tribunal de Contas. Penso que deste processo tem de tirar-se todas as ilações. Eu não estava no Governo na altura em que a nacionalização foi decretada, mas não podemos decretar a nacionalização de uma empresa sem termos critérios claros", atira o antigo ministro que gostava de incluir referências literárias nas suas intervenções públicas – gosto que não perdeu, como demonstrou quando questionado sobre se está de consciência tranquila em relação ao tema Efacec. "Como dizia o filósofo espanhol, nós somos nós e as nossas circunstâncias. Nas circunstâncias em que exerci o cargo com os poderes que me estavam atribuídos, fiz o melhor possível. Estou de consciência tranquila", assegura. ■

INDÚSTRIA

Acionistas da Inapa lançam ação contra auditora PwC

A revisora oficial de contas não colocou reservas ao relatório e contas de 2023, onde a administração antecipa os 12 meses seguintes. A empresa apresentou-se à insolvência sete meses depois.

Dois acionistas da Inapa avançaram com uma ação popular no Juízo Central Civil de Lisboa contra a PriceWaterhouseCoopers (PwC). Os autores acusam a auditora da distribuidora de papel, por considerarem que na avaliação do relatório e contas de 2023, atestou a continuidade das operações da empresa.

No relatório e contas, a PwC – umas das "big four" da consultoria a nível mundial – não colocou qualquer reserva ao facto de o conselho de administração da Inapa ter antecipado a continuidade das operações nos 12 meses seguintes à divulgação do relatório. A consultora salientou apenas, no campo destinado a factos relevantes, que existia alguma subjetividade nas estimativas do "board" para os 12 meses seguintes. Entretanto, em julho a distribuidora de papel apresentou-se à insolvência.

"Face à posição financeira corrente do grupo, em 31 de dezembro de 2023 e ao elevado nível de julgamento e subjetividade que estão associados aos pressupostos utilizados no orçamento de tesouraria, à incerteza da evolução da atividade e ao impacto que estes fatores têm na análise de liquidez e continuidade das operações, este tema constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria", pode ler-se no documento, que é agora alvo de críticas.

Os autores da ação são um investidor particular e a empresa Carisvalor, que detém 4,99% do capital social da Inapa, sabe o Negócios. Esta sociedade também já tinha colocado o conselho de administração da Inapa em tribunal, avançou o Eco na sexta-feira e confirmou o Negócios.

Do foro judicial para o campo administrativo, o Negócios sabe ainda que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) já pediu informações à PwC sobre este assunto. Contactados, o supervisor liderado por Luís Laginha de Sousa e a consultora não responderam até à hora de publicação deste artigo.

2
AUTORES
Os autores da ação são um investidor particular e a empresa Carisvalor, que detém 4,99% do capital social da Inapa.

Em julho, fonte oficial da CMVM limitou-se a recordar que "no âmbito das suas atribuições de supervisão de auditores, a CMVM monitoriza atentamente os eventos de mercado que possam ser relevantes no exercício de funções de interesse público por parte dos auditores".

No entanto, o regulador frisou que "está vinculado ao dever de sigilo profissional, não podendo pronunciar-se sobre situações específicas relacionadas com entidades sob a sua competência de supervisão".

A "holding" Inapa IPG pediu insolvência no dia 29 de julho, tendo justificado a decisão com uma "carência pontual de tesouraria" da subsidiária alemã, o que levou a administração então liderada por Frederico Lupi a pedir um empréstimo de curto prazo aos três maiores acionistas: a Parpública com 44,89%, a Nova Expressão, com 10%, e o Novo Banco, que detém 6,55%. No entanto, a empresa que gere as participações do Estado decidiu, com o apoio do Ministério das Finanças, chumbar este financiamento.

Já no início de setembro, a Inapa Portugal apresentou um requerimento para a instauração de um processo especial de revitalização (PER). ■

FÁBIO CARVALHO DA SILVA

TELECOMUNICAÇÕES

Apritel avisa que excluir Huawei do 5G desvia investimento das redes

Um estudo da consultora EY conclui que retirar a empresa chinesa da equação no 5G poderá ter um custo para a economia nacional de mil milhões de euros. Em reação, a associação que representa as operadoras de telecomunicações diz que "qualquer sobre oneração do setor é uma má notícia".

Wolfgang Rattay/Reuters



A Huawei enfrentou fortes barreiras à entrada em vários mercados europeus, Portugal incluído.

> **Qualquer sobreoneração do setor é uma má noticia para os portugueses.**
>
> **Tudo o que signifique desviar investimento para áreas que não tenham a ver com maior cobertura, qualidade, inovação e segurança [resiliência] das redes vai penalizar o país, colocando Portugal a divergir dos outros países.**
>
> **APRITEL**
> Fonte Oficial

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
VÍTOR RODRIGUES OLIVEIRA
vitoroliveira@negocios.pt

É a primeira vez que há uma tentativa de estimar qual será o custo de excluir a Huawei do 5G: a EY fez as contas e conclui que a economia portuguesa perderia mais de mil milhões de euros, nomeadamente pela substituição de equipamentos, perdas de produtividade, entre outros.

Em reação a este estudo, a Apritel (Associação dos Operadores de Comunicações Eletrónicas), liderada por Pedro Mota Soares, avisa numa declaração por escrito ao Negócios que "tudo o que signifique desviar investimento" para áreas "que não tenham a ver com maior cobertura, qualidade, inovação e segurança das redes vai penalizar o país, colocando Portugal a divergir dos outros países". Neste caso, a referência à segurança das redes diz respeito à sua resiliência e não à questão da segurança nacional.

"Qualquer sobre oneração do setor é, nesse sentido, uma má noticia para os portugueses", conclui Mota Soares, notando que "Portugal é líder europeu no que refere à cobertura e qualidade das redes fixas e móveis" e que "o tema mais relevante no setor das comunicações eletrónicas, quer em Portugal, quer na Europa, é o da sustentabilidade do investimento".

O Negócios tentou obter uma reação do Governo e da Huawei mas sem sucesso até à hora de fecho deste artigo.

Mil milhões de euros

Uma exclusão definitiva da Huawei do 5G pode custar mais de mil milhões de euros à economia portuguesa, estimou a EY numa análise publicada nesta segunda-feira.

Quando ainda decorre o processo interposto pela tecnológica chinesa contra a deliberação da Comissão de Avaliação de Segurança segundo a qual a participação da empresa na rede seria de "alto risco", a companhia, citando dados da consultora, escreve que "a substituição dos equipamentos Huawei na rede 5G acarretaria um custo total superior a mil milhões de euros para a economia portuguesa, incluindo 339 milhões em investimentos de substituição e 193 milhões de euros em investimentos futuros", entre outros fatores, num total de 1.052 milhões de euros.

O estudo também realça os benefícios: a Huawei contribui com 718 milhões de euros por ano para a economia, suporta 651 postos de trabalho diretos e impacta mais de 4 mil indiretos, num total de 4.767 empregos. A atividade da empresa gera 143 milhões de euros em impostos.

A exclusão da Huawei pode ainda, segundo o estudo da EY, encarecer em 7% as tarifas pagas pelos consumidores.

A participação da Huawei na implementação do 5G na Europa teve oposição em vários países, incluindo Portugal, por receios de riscos para a segurança. ■

ESPECIAL

CONSELHOS DA DIÁSPORA

NORBERTO VIDEIRA
DIRETOR GERAL EMEA (EUROPA, MÉDIO ORIENTE, AFRICA) NA GHD (DETIDA PELO FUNDO KKR); CONSELHEIRO DA DIÁSPORA PORTUGUESA EM ESPANHA

Há que mudar o que prejudica, como a excessiva burocracia

Portugueses que se destacam lá fora ajudam a descobrir onde estão oportunidades de negócios e que tipo de empresas e atividades o país pode atrair. Uma iniciativa que junta o Negócios e o Conselho da Diáspora Portuguesa.

1. O QUE O/A LEVOU A SAIR DE PORTUGAL?

Eu saí de Portugal pela primeira vez no início de 2003, para trabalhar na L'Oréal em Paris como diretor de marca para a região Europa. A razão principal da minha saída deveu-se à carreira clássica que os sénior managers do grupo L'Oréal fazem. O normal no grupo L'Oréal, onde trabalhei durante mais de 26 anos (comecei como estagiário de Marketing em 1995), é fazer uma carreira num país (como eu fiz em Portugal), até chegar a um posto de, por exemplo, diretor de marketing ou diretor comercial nesse país. Depois, antes de chegar a diretor-geral, o normal é ter uma experiência internacional, ou na sede do grupo em Paris (o meu caso), ou num mercado diferente e maior.

Desta forma, regressei a Portugal onde fui diretor geral da divisão de produtos profissionais, no início de 2006. Depois, tive vários cargos de direção-geral em vários negócios/países (Bélgica/Benelux, Espanha, França), o que me permitiu criar a experiência, currículo e conhecimentos que tenho hoje. Depois de ter sido diretor -geral em Espanha, durante seis anos, decidi que queria viver aqui em Madrid, onde ainda vivo, e deixar de mudar de país com a família a cada três ou quatro anos. Essa decisão de vida fez também que deixasse o grupo L'Oréal em 2021 para abraçar um outro projeto.

De facto, em 2021, juntei-me à GHD, empresa britânica sediada em Londres – detida pelo fundo de investimento americano KKR – líder mundial na área de beauty tech capilar, como diretor-geral EMEA (Europa, Médio Oriente, África), mas sempre residindo em Madrid e fazendo as minhas viagens à sede em Londres ou aos países dos quais sou responsável a partir de Madrid.

2. QUE VANTAGENS OU DESVANTAGENS LHE TROUXE O FACTO DE SER PORTUGUÊS/A?

Sinceramente, ser português, além de ser um grande orgulho pessoal, não me trouxe particulares vantagens nem desvantagens.

Talvez tenha tido a pequena vantagem do elemento surpresa, quando, em 2003, era diretor de marca para os cinco maiores países da Europa da L'Oréal – era dos poucos não franceses num posto desses.

Mas a verdade é que, num ambiente de uma multinacional como a L'Oréal, um profissional vale sempre e apenas por si; a nacionalidade não é propriamente um fator relevante.

Posso dizer que ser português me dá características que jogam a meu favor (outras nacionalidades terão outras, naturalmente), como a adaptabilidade, orientação à ação e a capacidade de descomplicar e simplificar os problemas.

3. QUE OBSTÁCULOS TEVE QUE SUPERAR E COMO O FEZ?

Pela mesma razão, nunca senti nenhum obstáculo em particular ou relevante por ser português. O único que posso referir é que Portugal, pelo nosso tamanho certamente, no mundo do consumo e da cosmética/beleza, tem um contexto de retail simples (department stores/perfumarias, por exemplo) e também não temos o hábito de produções internacionais de media/publicidade. Mas este aparente obstáculo acaba também por ser uma vantagem, porque profissionalmente temos uma mente com menos a prioris, devido à experiência do que funciona ou não, e temos a vigilância e a mente aberta e desperta para aprender e tirar as nossas próprias conclusões de forma mais objetiva.

4. O QUE MAIS ADMIRA NO PAÍS EM QUE ESTÁ?

Eu gosto muito de viver em Espanha e muito especialmente em Madrid. As cinco coisas que mais admiro aqui são: em primeiro lugar, a ausência de formalidades desnecessárias no mundo dos negócios (o Dr./Eng., muito português); em segundo lugar, o não ter medo de manifestar sempre a sua opinião, para cima ou para baixo na hierarquia e no seu ambiente ou não. Esta atitude potencia melhores discussões, maior riqueza de opiniões, mais pontos de vista e, no final, melhores decisões; em terceiro lugar, têm orgulho no seu país, região ou cidade, e isso vê-se na comida, no desporto, nos símbolos; em quarto lugar, a política aqui tem claramente uma vertente e uma discussão económica/fiscal, o que aliás é especialmente verdade e relevante na Comunidade de Madrid; finalmente, têm uma grande capacidade de resiliência, de não desistir e de lutar por tudo o que acreditam e pretendem.

5. O QUE MAIS ADMIRA NA EMPRESA/ORGANIZAÇÃO EM QUE ESTÁ?

Depois de uma carreira de mais de 26 anos no grupo L'Oréal, da qual muito me orgulho, tenho a sorte de trabalhar agora para a ghd. Em muitos casos, pela natureza de uma empresa mais conservadora como pode ser a L'Oréal, uma empresa detida por um fundo de investimento como a KKR tem uma abordagem aos negócios diferente, o que me dá uma aprendizagem muito complementar da gestão – que é muito rica para mim enquanto profissional.

Os objetivos são muito simples, diretos, claros, mensuráveis, sem qualquer margem para dúvida. Por outro lado, o dia a dia – reuniões, discussões, decisões – não são "políticas" e contribuem para um objetivo final, como disse, muito claro. E depois, como consequência, a responsabilidade e o impacto de cada decisor é muito mais claro também. Os objetivos acordados com o "board of directors" e a forma como passam para o comité executivo e para o negócio são, então, muito alinhados e diretos. E isso dá um poder de decisão muito amplo aos gestores.

A outro nível, na GHD, a empresa é a marca e a marca é a empresa, e isso dá uma força enorme de sinergias no negócio, já que se realimentam e maximizam a sua força recíproca. Finalmente, sendo a GHD líder no seu negócio de "beauty tech" capilar e também de posicionamento muito premium, não há compromissos, nem com a qualidade, nem com os resultados, nem com a segurança. E, claro, isso paga-se. Mas essa é a nossa escolha e o consumidor valoriza-a, sem qualquer dúvida.

6. QUE RECOMENDAÇÕES DARIA A PORTUGAL

QUESTIONÁRIO ELABORADO E REVISTO POR PAULO MORGADO

Membro da direção
da Diáspora Portuguesa



D.R.



Norberto Videira vive em Madrid. Começou a carreira no grupo L'Oréal.

E AOS SEUS EMPRESÁRIOS E GESTORES?

A melhor recomendação que posso dar aos empresários e gestores portugueses é de, antes de tudo, usarem as suas forças, das suas empresas e marcas, do seu ecossistema, do nosso país.

Em primeiro lugar, como tive oportunidade de referir, a nossa adaptabilidade e orientação para a ação, bem como a capacidade de descomplicar e simplificar problemas – isso faz dos nossos gestores profissionais muito valiosos.

Depois, há que aproveitar o que a natureza nos oferece, a nossa situação geográfica, o nosso clima, seja para atrair investimento onde e quando isso seja um fator a ter em conta ou, através de estas características, atrair profissionais para Portugal para aí montar as suas empresas, negócios ou centros de excelência. Hoje em dia, muitas vezes mais do que o lugar onde fisicamente estamos, conta que estejamos acessíveis e conectáveis.

Outro fator que joga a nosso favor é a qualidade da nossa educação superior. Mas é necessário trabalhar a sua imagem e a sua atratividade – veja-se o excelente exemplo recente da Nova SBE. E finalmente a segurança e o clima social estável.

Mas, por outro lado, há que mudar o que nos prejudica – a excessiva burocracia, a excessiva formalidade – e garantir a quem vai investir estabilidade e segurança fiscal, legislativa e jurídica.

E, para terminar, temos imperativamente de investir nas infraestruturas que nos ligam à Europa (e ao mundo) – o aeroporto de Lisboa e o TGV.

7.

EM QUE SETORES DO PAÍS ONDE VIVE PODERÃO AS EMPRESAS PORTUGUESAS ENCONTRAR CLIENTES?

Temos qualidade e capacidade para investir em qualquer setor em Espanha. Desde que haja qualidade de mão de obra, capacidade de decidir e vontade de o fazer, nada nos trava.

Claro está, pode ser natural o investimento em mercados que tenham tração aqui em Espanha e que sejam de alguma forma mais "naturais" para nós, como o turismo ou o retalho, mas também investimentos que nos permitam exportar o nosso "savoir faire" e, como pode ser o caso do calçado, da moda, da restauração ou da agricultura.

8.

EM QUE SETORES DE PORTUGAL PODERIAM AS EMPRESAS DO PAÍS ONDE ESTÁ QUERER INVESTIR?

Uma vez mais, creio que há muitas possibilidades de investimentos, muitos Blue Oceans, em Portugal para investimento estrangeiro e nomeadamente espanhol.

Desde o desenvolvimento do que já existe, mas elevando um patamar mais a oferta (porque acredito que ainda há bastante potencial se feito de forma atrativa, diferenciadora e inovadora), seja no turismo, seja no retalho especializado.

Mas também creio que há muito a ganhar nos setores da saúde, envelhecimento e bem estar. Adicionalmente, pela qualidade dos nossos profissionais e das nossas condições naturais, penso que as tecnologias de informação, a sustentabilidade e as energias limpas são também áreas de forte oportunidade em Portugal.

Finalmente, as infraestruturas que mencionei antes e tudo o que a elas direta ou indiretamente se liga – aeroporto de Lisboa e TGV.

9.

QUAL A VANTAGEM COMPETITIVA DO PAÍS EM QUE ESTÁ QUE PODERIA SER REPLICADA EM PORTUGAL?

Um pouco no seguimento do que falamos, penso que as principais vantagens competitivas de Espanha que podemos replicar em Portugal são: as grandes infraestruturas de transporte internacional para melhorar e facilitar a nossa acessibilidade e o nosso lugar na Europa e no mundo; o investimento em retalho especializado, inovador, diferenciador e competitivo, também de rua e não apenas de centro comercial; uma clara política de vertente económica/fiscal, seja no país, seja nas principais cidades e regiões, para atrair investimento, pessoas, talento e riqueza; uma promoção com branding forte e internacional da nossa educação superior e finalmente um esforço conjunto de diminuição da excessiva formalidade no país.

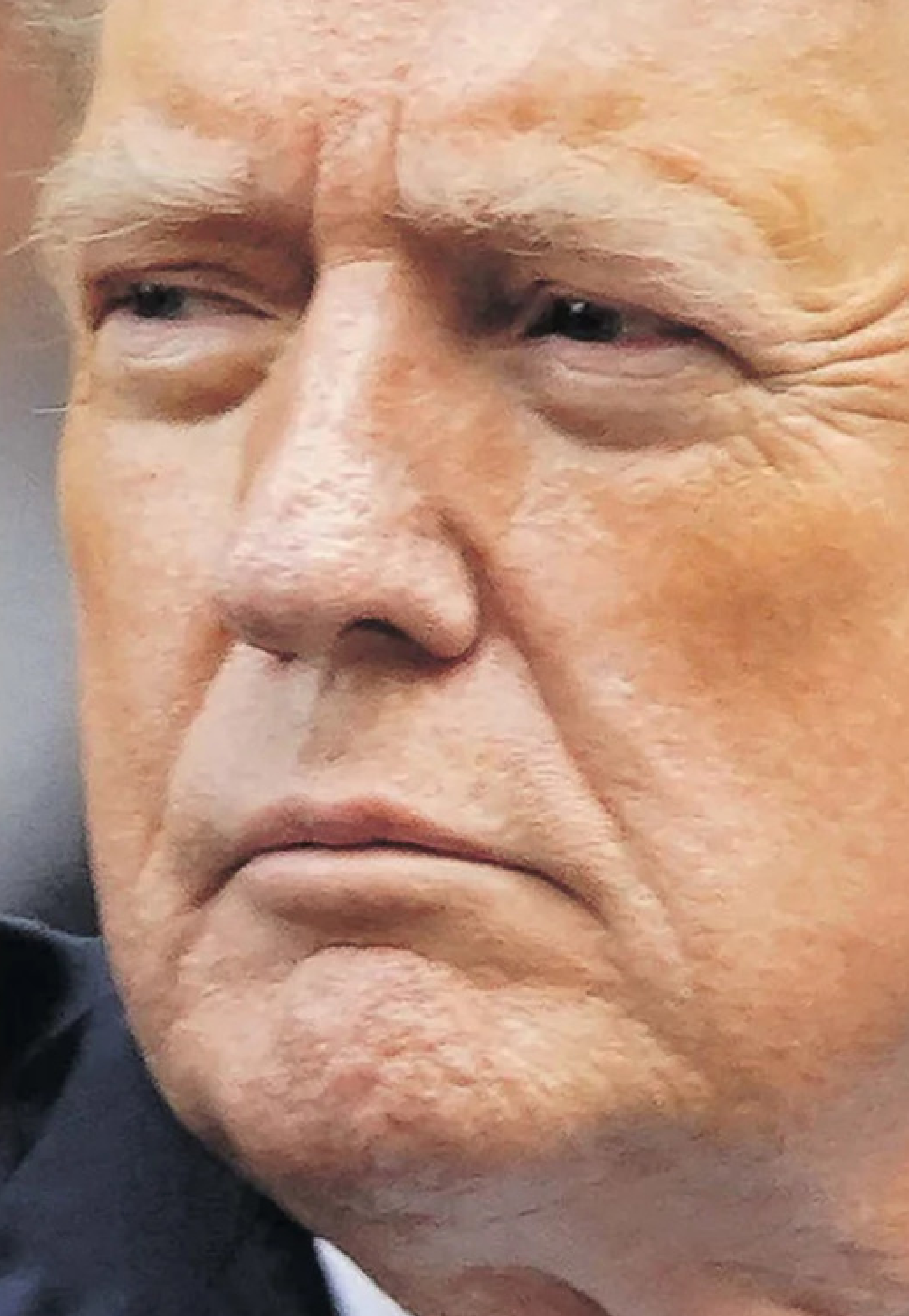
10.

PENSA VOLTAR PARA PORTUGAL? PORQUÊ?

Isso, a dia de hoje, não sei... Eu adoro o meu país, mas também me sinto muito bem a viver entre Madrid e Lisboa com uma atividade profissional europeia, mundial. É um equilíbrio que, por agora, me vai muito bem. No futuro veremos, mas Portugal é e será sempre o meu país em qualquer canto do mundo que esteja, perto ou longe. ■

PRESIDENCIAIS NORTE-AMERICANAS

Investidores de cabaz na mão para o grande frente a frente


Trump, depois de vencer Biden no debate de junho e de ter conquistado pontos

Atentos para reajustarem carteiras. É assim que vão estar os investidores, ao ouvirem Trump e Harris, para verem que títulos darão mais frutos em bolsa com cada um dos candidatos.

CARLA PEDRO
cpedro@negocios.pt

O desempenho dos mercados bolsistas, representados pelos índices de ações, depende de inúmeros fatores. Há, contudo, quatro que se destacam: os fundamentais, que se regem pela oferta e pela procura de títulos; a cena política; os dados económicos; e o desempenho das cotadas. No que diz respeito à política, embora as eleições presidenciais norte-americanas não costumem ditar a evolução de Wall Street, o certo é que os programas dos candidatos à Casa Branca podem mexer com o sentimento dos investidores, nomeadamente no que diz respeito a potenciais guerras comerciais, aumentos ou descidas de impostos e medidas específicas para determinados setores.

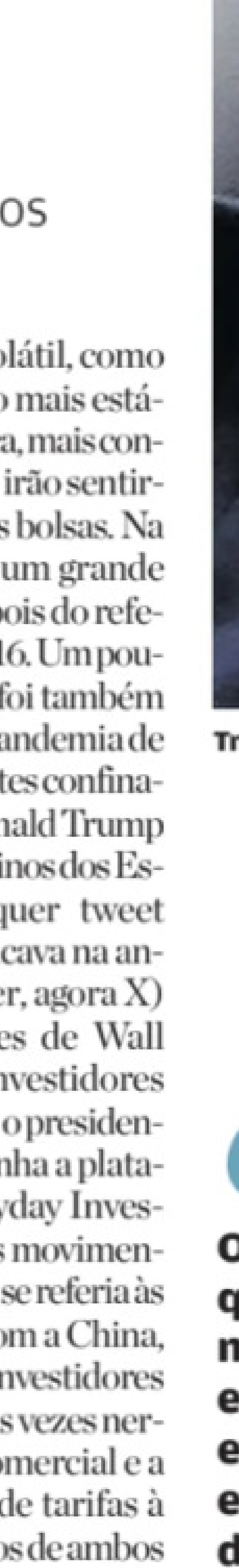
Os candidatos republicano e democrata às eleições de 5 de novembro estão escolhidos e nesta terça-feira, 10 de setembro, Donald Trump – que foi presidente dos EUA no mandato anterior a Joe Biden – e Kamala Harris – que é a atual vice-presidente do país – defrontam-se num debate que vai centrar as atenções do mundo inteiro.

No final de junho, um primeiro debate opôs Trump e Biden, mas o democrata desistiu da sua candidatura, devido à crescente pressão do seu próprio partido à conta do visível desgaste que revelava, e é agora Kamala que irá ocupar esse lugar. Os olhares estão virados para ambos – mas estarão as bolsas norte-americanas dependentes do que for dito e, sobretudo, do resultado nas urnas?

Historicamente, não parece haver uma ligação clara entre as presidenciais e o desempenho dos mercados de capitais no médio a longo prazo – nem sequer no próprio ano das eleições. O Standard & Poor's 500, que é o índice de referência, perdeu terreno em três dos 16 anos de eleições nos EUA desde 1960 e registou retornos negativos em sete dos 16 anos de eleições intercalares. Tradicionalmente, outros fatores, como o estado da economia, as taxas de juro, a inflação, e os lucros das empresas, têm um maior peso na performance bolsista.

Ainda assim, existe uma verdade inquestionável: os mercados não gostam de incerteza. E a política pode ser muito volátil, como bem sabemos. Quanto mais estável for a situação política, mais confiantes os investidores irão sentir-se, o que se reflete nas bolsas. Na Europa, assistimos a um grande clima de incerteza depois do referendo do Brexit em 2016. Um pouco por todo o mundo, foi também isso que se viu com a pandemia de covid-19 e os decorrentes confinamentos. E quando Donald Trump esteve à frente dos destinos dos Estados Unidos, qualquer tweet (mensagens que publicava na antiga rede social Twitter, agora X) mexia com os índices de Wall Street enquanto os investidores tentavam digerir o que o presidente estava a dizer, sublinha a plataforma britânica Everyday Investor. Observámos esses movimentos sempre que Trump se referia às relações comerciais com a China, por exemplo, com os investidores a mostrarem-se muitas vezes nervosos com a guerra comercial e a imposição sucessiva de tarifas à importação de produtos de ambos os lados.

Mas de que forma podem os resultados das eleições norte-americanas influenciar o mercado, pelo menos no curto prazo? Historicamente, há dois cenários que têm correspondido a retornos absolutos positivos, no curto a médio prazo, superiores aos retornos médios de longo prazo, aponta o US Bancorp. E quais são eles? O controlo da Casa Branca pelos democratas, com os republicanos a controlarem as duas câmaras do Congresso; ou o controlo da Casa Branca pelos democratas e um controlo do Senado e da Câmara dos Representantes dividido entre democratas e republicanos. E há um cenário que tem correspondido – no curto e médio prazo – a retornos absolutos positivos ligeiramente inferiores à média no longo prazo: controlo da Casa Branca pelos republicanos e pleno controlo do Congresso pelos democratas.



O cabaz republicano, que inclui energia, matérias-primas em geral, "utilities" e imobiliário, supera em 9% (no ano) o desempenho do cabaz democrata – energia solar, tecnológicas e ações ligadas às infraestruturas.

MONICA GUERRA
Diretora de análise política do Morgan Stanley

Já o desempenho dos diferentes setores em que as cotadas operam pode dar-nos algumas perspetivas sobre os potenciais resultados eleitorais, dado que os investidores posicionam as suas carteiras para ganhos e perdas ao ante-

Reuters





com a sua tentativa de assassinato, enfrenta agora uma candidata em notável ascensão.

ciparem mudanças políticas que podem influenciar a rentabilidade de uma indústria.

Neste contexto, o Morgan Stanley Wealth Management criou dois cabazes de ações que poderão beneficiar de uma vitória democrata ou republicana. O cabaz republicano, que inclui energia, matérias-primas em geral, "utilities" e imobiliário, está a superar em 9% (no acumulado do ano) o desempenho do cabaz democrata, onde se inclui a energia solar, as tecnológicas e as ações ligadas às infraestruturas.

Em inícios de agosto excedia o desempenho em 10,2%, mas com a nomeação de Kamala Harris na convenção democrata essa diferença diminuiu. "Ainda assim, os investidores devem ter em mente que, embora estes indicadores possam dar pistas sobre o sentimento do mercado a determinada altura, não são preditivos de qualquer desfecho nem devem ser vistos como um apoio de qualquer partido político", sublinha Monica Guerra, diretora do departamento de análise política da unidade de gestão de riqueza do Morgan Stanley, no "research" a que o Negócios teve acesso.

Importa não esquecer que ambos os candidatos apresentam visões muito díspares em várias áreas. Quanto à Reserva Federal, por exemplo, Trump quer mais controlo sobre o banco central norte-americano, enquanto Kamala Harris defende a sua independência. Por outro lado, o candidato republicano é visto como podendo apoiar as empresas, através de menos impostos, ao passo que a democrata, apoiada pelas "big tech", defende um aumento de impostos corporativos e uma abordagem rigorosa nas fusões e legislação anticoncorrencial, refere uma nota de análise da Xtb. ■



O republicano é visto como podendo apoiar as empresas, através de menos impostos, enquanto a democrata – apoiada pelas "big tech" – defende um aumento dos impostos corporativos e uma abordagem rigorosa nas fusões e legislação anticoncorrencial.

EQUIPA DE ANALISTAS
Xtb

Dólar, juros da dívida e Brent: como reagirão a Trump ou Harris?

Uma vitória republicana ou democrata poderá fazer a diferença na evolução de vários ativos ao longo do primeiro ano de mandato. O ING explica como.

Os analistas do banco ING projetaram três cenários para os mercados consoante quem ocupe a presidência e as maiorias nas duas casas do Congresso nos Estados Unidos. Se Donald Trump "ficar com tudo" – ou seja, à frente da Casa Branca, e com os republicanos a controlarem o Senado e a Câmara dos Representantes –, o dólar será um claro beneficiado no médio prazo com uma política orçamental mais flexível, política monetária mais dura e tarifas à importação.

Já os juros das obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos tenderão a subir, devido ao sentimento de mercado mais propício a assumir riscos – o que diminui a procura por ativos seguros, como a dívida soberana. Por seu lado, os preços do Brent, que é o crude de referência para as importações europeias, podem subir para 87 dólares por barril no final do ano, dado o impulso dos cortes de impostos, mas depois, a mais longo prazo, tenderão a descer devido ao foco na independência energética dos EUA e à pressão sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (OPEP+) para colocarem mais matéria-prima no mercado.

E se o cenário for Trump na presidência, mas com uma maioria republicana na Câmara dos Representantes e uma maioria democrata no Senado? Nesse caso, o ING continua a apontar para um bom desempenho do dólar no curto prazo, mas se o crescimento económico se debilitar há o risco de a nota verde se depreciar até ao final de 2025. Já os juros da dívida deverão subir, com o ativo a poder ser prejudicado pelo efeito da guerra tarifária na inflação. O Brent, por seu turno, poderá recuar – com o foco de Trump na política externa a aliviar o peso altista que as tensões no Médio Oriente têm sobre o preço.

No caso de Kamala Harris ficar na Casa Branca e de o Congresso ficar dividido – democratas com maioria no Senado e republicanos com maioria na Câmara dos Representantes –, os analistas do banco holandês apontam para a possibilidade de o dólar enfraquecer face ao euro, à conta de um mix de política monetária mais flexível e um aperto orçamental, a par com uma política comercial menos agressiva. Já os juros das OT a 10 anos devem cair devido a uma resposta orçamental mais dura. E o Brent, neste cenário, verá as menores perspetivas de crescimento a pesarem no curto prazo, mas terminará o ano de 2025 – sobretudo se não houver um acordo entre a Rússia e a Ucrânia para pôr termo à guerra – em valores acima dos outros cenários (nos 78 dólares, contra 74 no primeiro cenário e 70 no segundo).

Sobre o dólar, o IMF – Informação de Mercados Financeiros frisa que as políticas pró-empresariais de uma vitória de Trump podem ser bem-vindas pelos investidores a curto prazo, potencialmente fortalecendo a nota verde, bem como as expectativas de redução de impostos e desregulamentação, além das tensões geopolíticas – que podem impulsionar a procura desta moeda como valor refúgio. Ainda assim, "os participantes de mercado devem esperar uma trajetória acidentada para o dólar no caso do regresso de Trump à Casa Branca", refere a nota de análise a que o Negócios teve acesso. ■ CP

DECO PROTeste SABER É PODER DECO PROTeste Investe
Colaboração com a DECO. Os conteúdos foram cedidos pela DECO PROTESTE. www.deco.proteste.pt www.deco.proteste.pt/investe

Ouro supera 2.500 dólares

O metal dourado valoriza 21% em 2024 e atinge novos recordes apesar de as bolsas estarem igualmente em máximos históricos.

As principais justificações para a valorização recente do ouro assentam nos trunfos tradicionalmente atribuídos ao metal dourado. O primeiro é a concorrência do dólar. Por isso, com as taxas de juro dos Estados Unidos destinadas a descer (e, com elas, o interesse pelo dólar), o cenário torna-se mais favorável para o ouro.

Em segundo lugar, a forte queda das bolsas no início deste mês de agosto provocou uma fuga para ativos de refúgio. Por fim, as eleições nos EUA são sempre um momento de incerteza, o que, juntamente com a situação no Médio Oriente e na Ucrânia, constituem outro fator a favor do ouro.

Novo paradigma?

Contudo, atualmente, esses argumentos parecem pouco convincentes. Os mercados de ações já recuperaram todo o terreno perdido e estão novamente perto dos máximos. Aliás, praticamente desde 2023, as bolsas estão a bater recordes consecutivos.

Por seu turno, o rendimento ("yield") das obrigações soberanas dos EUA pode estar a recuar, mas ainda permanecem nos níveis mais elevados desde a crise financeira e não vão recuar para os níveis tão baixos como os anteriores à pandemia. O ouro continuará com uma forte concorrência desse ponto de vista. Por fim, os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente já não são, infelizmente, uma novidade.

Os números também confirmam a mudança. Entre 2004 e 2019, os investidores em euros podiam contar com uma correlação negativa entre o preço do ouro e o mercado de ações global. Um fator crucial para ser uma diversificação eficaz.

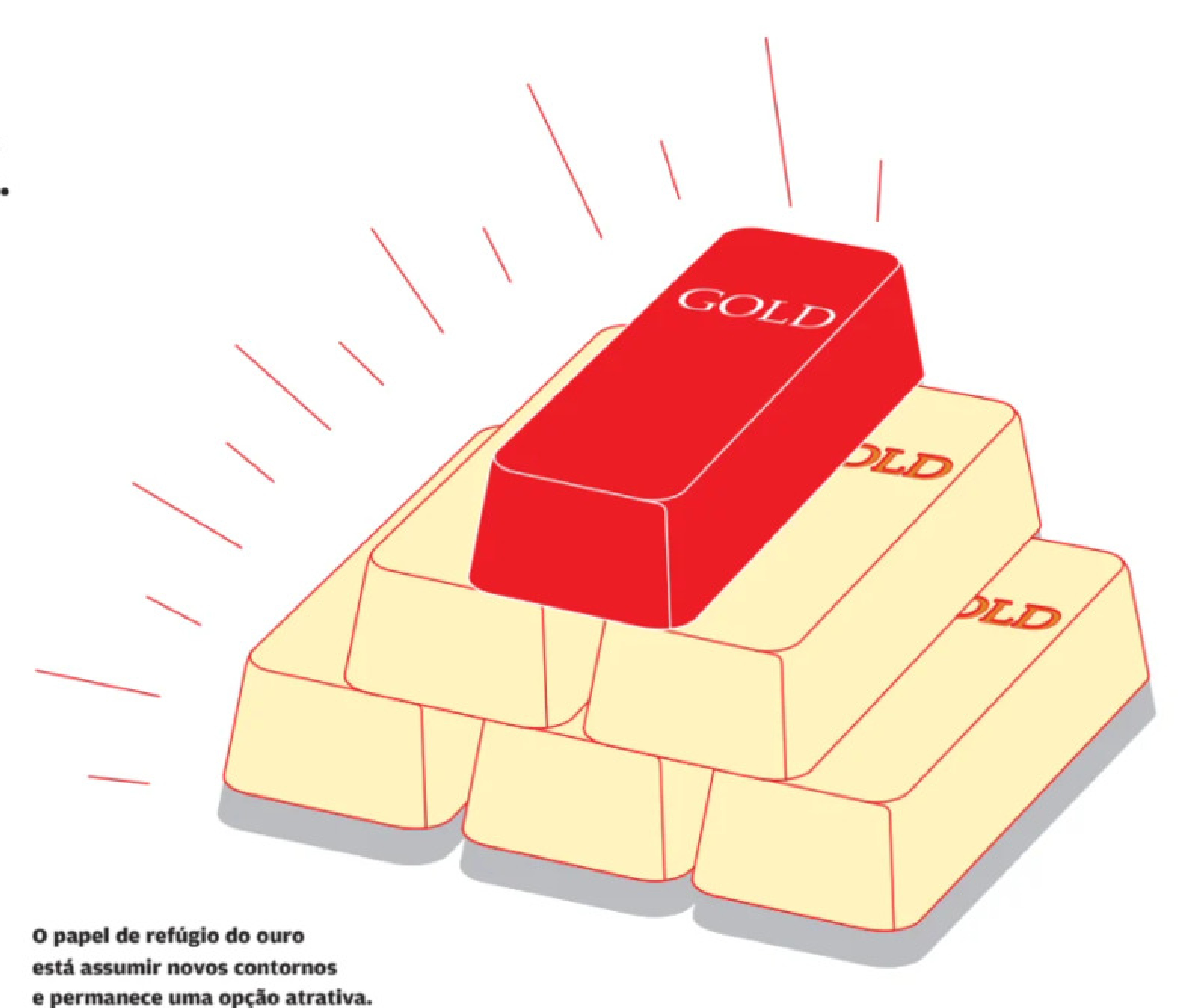
Porém, nos últimos cinco anos, a correlação tornou-se significativamente positiva. Ou seja, o ouro começou a "mexer" mais em linha com o comportamento das ações globais, o que reduziu o seu potencial de diversificação de uma carteira de investimento (e de amortecer choques nas bolsas).

"Desdolarização"

O principal fator para a valorização do ouro assenta agora noutra tendência. Muitos países emergentes têm vindo a diminuir deliberadamente a sua dependência do dólar dos EUA, cujos riscos se tornaram mais evidentes com as sanções à Rússia, após a invasão da Ucrânia. Há receios de que, em caso de conflito, os seus ativos financeiros possam ser congelados pelo Ocidente.

Neste cenário, o ouro constitui uma ótima alternativa para as reservas (além de outros metais preciosos e eventualmente até algumas formas de criptoativos). As reservas da China e da Rússia em ouro mais do que duplicaram em dez anos. Cada um destes países tem, atualmente, à volta de 2300 toneladas, ocupando o 5.º e 6.º lugares do ranking mundial.

Se o ouro pode ter perdido outros trunfos, esta tendência para a "desdolarização" emergente é inexorável e tenderá a suportar o valor do ouro nos próximos anos, independentemente de outros fatores.



O papel de refúgio do ouro está assumir novos contornos e permanece uma opção atrativa.

Como investir?

A forma mais eficaz de apostar no ouro é através de ETC, produtos muito idênticos aos ETF, mas vocacionados para o investimento em "commodities". São negociados em bolsa e seguem a cotação de matérias-primas, nomeadamente o ouro (carteiras constituídas por barras de ouro ou instrumentos financeiros derivados).

Para investir, destacamos o Xetra-Gold (código ISIN: DE 000A0S9GB0). Contudo, a oferta é vasta, e, dada a natureza do investimento, as diferenças entre o desempenho dos vários ETC, entre si e face à cotação do ouro, é reduzida. Por isso, como alternativa, pode optar por produtos como o Invesco Physical Gold (IE00B579F325), iShares Physical Gold (IE00B4ND3602) ou Xtrackers Physical Gold (DE000 A1E0HR8).

Todos investem em ouro físico e qualquer um destes ETC é uma opção viável. Verifique os que estão disponíveis no seu banco ou corretora. Se houver mais do que um, compare os custos de corretagem, pois dependem da bolsa. Opte pelo mercado mais acessível e, de preferência, com cotação em euros. Não dedique mais do que 5% do valor total da sua carteira. O investimento em ouro está sujeito a flutuações de valor parecidas às do mercado global de ações, e não garante rendimentos nem o capital investido.

Veja os nossos conselhos sobre o potencial de outros metais preciosos que têm valorizado na esteira do metal dourado em https://www.deco.proteste.pt/investe/investimentos/fundos/analises/2024/04/metais-preciosos-investir"www.deco.proteste.pt/investe/investimentos/fundos/analises/2024/04/metais-preciosos-investir. ■

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO



CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Contas certas é isto, certo?

O que se passou este fim de semana, com a fuga de 5 reclusos perigosos de Vale de Judeus, suscita várias questões. Lembra-se do que nos dizem quando cai um avião (só acontece porque há uma sucessão de eventos que se conjugam)?

Foi o que se passou aqui. 1 - Juntou-se 5 reclusos perigosos na mesma prisão, 4 deles em celas contíguas (está a ver aqueles filmes que metem cadeia, onde os prisioneiros falam de uma para outra cela? Agora imagine a cena com prisioneiros que já tinham experiência de fuga...) 2 - Pelos vistos havia apenas um guarda a olhar para as 150 câmaras que vigiam a prisão. 3 - A cerca exterior, que deveria ser eletrificada... não tinha eletrificação (aparentemente porque o sistema elétrico não suporta a carga). 4 - O desinvestimento preocupante em vários setores do Estado, Justiça incluída, à conta da teoria das "contas certas": em todos os 8 anos dos governos de António Costa, o investimento público ficou sempre abaixo do previsto.

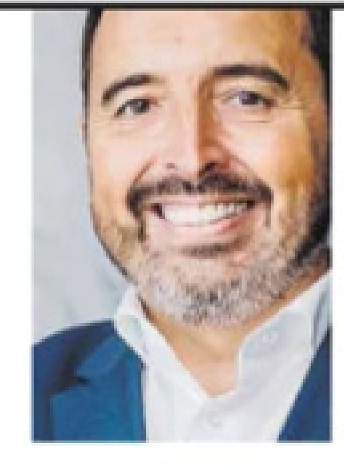
E como se isto não bastasse, houve outros aspetos preocupantes: os guardas demoraram 40 minutos a perceber que os presos se haviam evadido e tudo indica que passou uma hora até as autoridades policiais serem informadas.

Primeira pergunta: Faz sentido haver demissões nas estruturas prisionais? Faz. A ministra? Não. Está apenas há 4 meses no cargo (mas já devia ter falado no assunto). O diretor-geral? Sim... e já tarda. Segunda pergunta: As demissões resolvem o problema? Não. Mas a sociedade fica a perceber que alguém assumiu a responsabilidade pelo que se passou. Terceira pergunta: Quem fez a última reforma do sistema prisional? Francisca Van Dunem. Não era má ideia chamar a ex-ministra para explicar o que fez e o que não fez... durante as "contas certas".

Finalmente, vale a pena pensar noutro pormenor: olhe para a lista de assuntos escolhidos pelos líderes políticos nos últimos 8 meses. Quantos se referem a questões estruturais da sociedade, como Justiça e sistema prisional? Até os media, que deviam ajudar, preferem correr atrás de assuntos que dão manchete instantânea (veja-se o último episódio da TAP, a CPI das gémeas...), deixando as questões de fundo por analisar.

O resultado está vista: os cidadãos não são levados a questionar o que existe para além das manchetes diárias. É por isso que devemos temer a repetição do que se passou em Alcoentre em outras prisões. E o mesmo se diga de outras áreas da sociedade com problemas estruturais. ■

CONVIDADO



RICARDO NASCIMENTO
Advogado
Sócio da Pragma Advogados

Quando o preço da dor é injusto

A Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, instrumento que deveria ser a balança justa na reparação dos danos sofridos pelos trabalhadores, encontra-se, na verdade, desatualizada e inadequada, funcionando como um remédio amargo para quem já sofre.

O propósito inicial da tabela é calcular de forma objetiva as indemnizações devidas aos trabalhadores, mas a realidade mostra-nos que estas compensações frequentemente subvalorizam o sofrimento e as limitações impostas por um acidente de trabalho. Esta desatualização é um sintoma de uma doença mais profunda no sistema de justiça laboral, onde o preço da dor é frequentemente injusto.

Imagine-se a vida de um trabalhador como uma tela em branco, onde cada pincelada representa um sonho, um plano, uma aspiração. Um acidente de trabalho é, nesse cenário, uma mancha de tinta negra que se espalha pela tela, obscurecendo a pintura que deveria ser a vida. A Tabela Nacional de Incapacidades deveria, em teoria, permitir apagar ou, pelo menos, atenuar essa mancha, proporcionando uma compensação justa e adequada. No entanto, com a tabela atualmente em vigor, o que vemos é a aplicação de um mero borrão que, em vez de mitigar o estrago, o amplia.

Getty Images



Tomemos como exemplo o sistema de indemnizações na Alemanha, onde a reavaliação periódica da tabela de incapacidades é uma prática comum. A cada cinco anos, o sistema é revisitado para garantir que as compensações reflitam de forma justa a evolução do custo de vida, as novas descobertas médicas e a compreensão das consequências de determinados acidentes. Em Portugal, a Tabela Nacional de Incapacidades permanece como uma relíquia estática, alheia às mudanças sociais e económicas, como se a vida e o sofrimento humano pudessem ser congelados no tempo.

Não é apenas na Alemanha que encontramos exemplos de boas práticas. A Suécia, por exemplo, adota um modelo em que as indemnizações por incapacidades permanentes são calculadas com base em múltiplos fatores, incluindo o impacto psicológico e social na vida do trabalhador. Tal assegura que as vítimas de acidentes de trabalho recebem uma compensação que espelha a verdadeira extensão da sua perda. Em contraste, a Tabela Nacional de Incapacidades em Portugal segue uma abordagem rígida e limitada, focando-se quase exclusivamente na perda de capacidade física, ignorando muitas vezes os efeitos devastadores que um acidente pode ter na vida emocional e social de um trabalhador.

Entendemos, assim, que o sistema português se mantém anacrónico e insuficiente. Deverá existir uma revisão profunda e urgente da tabela. Esta revisão deve ser feita com base em princípios de justiça e equidade, considerando não só as perdas físicas, mas também as consequências psicológicas, sociais e económicas do acidente.

A revisão da Tabela Nacional de Incapacidades não é apenas uma necessidade jurídica, é um imperativo moral. Cada trabalhador que vê a sua vida alterada por um acidente de trabalho merece uma compensação justa, que reflita de forma adequada o sofrimento e as limitações impostas. Continuar a operar com uma tabela desatualizada e limitada é, em última análise, uma violação dos princípios básicos de justiça e dignidade humana. É tempo de Portugal olhar para além das suas fronteiras, aprender com as melhores práticas internacionais e assegurar que o preço da dor não seja uma outra forma de injustiça. ■

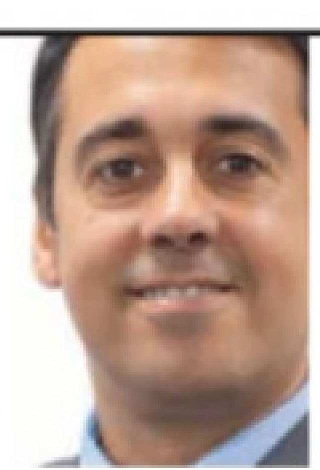
> A revisão da Tabela Nacional de Incapacidades não é apenas uma necessidade jurídica, é um imperativo moral.

A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com






ÁLVARO NASCIMENTO | CARLOS ALBUQUERQUE | JOAQUIM AGUIAR | JORGE MARRÃO | PAULO CARMONA | PEDRO BRINCA

Precisamos, queremos, mas temos condições dignas?

PAULO CARMONA

Sim, é reconhecido por todos, mesmo os que não querem admitir, que Portugal necessita de imigrantes. Por questões demográficas, natalidade e emigração, mas também pelos salários baixos praticados. Os apoios sociais em Portugal estão suficientemente perto dos níveis do salário mínimo para que haja pouco incentivo a trabalhar por esses valores. Não que estes apoios estejam muito elevados, estamos a falar de limiares de conforto e dignidade, é o salário que é baixo. A imigração, por seu lado, tem contribuído para os manter baixos porque serão sempre muito elevados face à fome e à miséria dos seus países de origem. A repetição da emigração pouco qualificada de portugueses para França na década de 60 que, numa economia local em franco crescimento, alimentou a pujança da indústria, da construção e da agricultura francesas. Rapidamente foram assimilando a sociedade francesa, numa parceria benéfica para todos.

Aqui o tema principal é assimilação. Numa sociedade humanista temos de integrar e acolher bem quem nos vem ajudar. Como alojar dignamente quem nos vem ajudar, se nem para os portugueses conseguimos ter habitação? Se a economia e as empresas pedem, as condições sociais têm de existir. E se os nossos valores cristãos dizem para acolher os pobres e desvalidos do mundo, os fracos recursos que temos não os podem condenar a condições sub-humanas. Esse equilíbrio tem de existir. Entre o que queremos e o que podemos acolher.

E depois temos as questões culturais que alimentam muitos extremismos trauliteiros. Não neguemos o problema. Na nossa sociedade de tolerância e respeito pela cultura de cada um, a todos integramos por igual. Como proceder com aqueles que cruzam as linhas vermelhas dos nossos valores europeus e humanistas, nomeadamente a valorização do papel da mulher na sociedade, o respeito pelas preferências religiosas, sexuais ou de vestuário, da liberdade e da paz? Como persuadi-los ou exigir-lhes que cumpram as regras básicas da nossa sociedade?

Alguma esquerda ainda sonha com Rousseau e o "bom selvagem". A realidade desmente-a mais uma vez. Alguma direita pede muros e repatriamentos, alimentando medos e populismos fáceis. Mais um tema que pede moderação, realidade, necessidades e possibilidades. Sem gritos. Sem emoções. ■

> *"Paulo Portas diz que a Europa precisa de imigrantes, mas estes têm de aceitar valores europeus."*
>
> **CNN PORTUGAL,** 6 DE SETEMBRO 2024

TAP, uma novela sem fim à vista

PEDRO BRINCA

Ao longo dos vários anos em que tenho tido a oportunidade de ir comentando a atualidade nos media – e já são alguns -, há um dossiê que tem o condão de me tirar o sono. Como não sou comentador profissional, não tenho tempo suficiente disponível para cobrir todos os assuntos da atualidade económica com a profundidade que por vezes requerem, especialmente se estão fora da minha área de trabalho diário. A TAP é um deles.

Só seguir a discussão sobre o tema é um trabalho a tempo inteiro, comparável a acompanhar de forma intensa todos os pormenores de uma novela mexicana que já vai na trigésima temporada. O último episódio vem das conclusões da auditoria da Inspeção-Geral das Finanças às contas da TAP que mostra como se efetivou o processo de compra da TAP ao Estado em 2015.

A questão sobre se a propriedade e/ou gestão devem ser públicas, privadas ou algo no meio tem alimentado discussões sem fim e acaba por servir muitas vezes de "proxy" para as vantagens e desvantagens em geral da gestão ou propriedade pública vs privada. Mas o que diz a literatura económica sobre o assunto? Em abono da verdade, os trabalhos teóricos seminais sobre o assunto validam a ideia, intuitiva, de que, público ou privado, o que conta mesmo é uma boa gestão.

Acontece que, muitas vezes, a propriedade dos meios de produção tem impactos diretos na gestão. Ou seja, na prática, as coisas podem não ser bem assim. Desde logo porque os objetivos dos acionistas (o Estado ou os privados) tendem a ser diferentes. Uma empresa pública ou mista pode sacrificar parte da eficiência na gestão por objetivos estratégicos com legitimidade política. Daí que existam estudos a mostrar que, por exemplo, no caso das companhias aéreas[1], as que têm propriedade pública têm tendencialmente menor rentabilidade do que as que têm propriedade mista e que, por sua vez, estas têm menor rentabilidade do que as que têm propriedade privada.

Em si mesmo, nada de particularmente problemático. Já quando a perda de eficiência resulta da má gestão e/ou da prossecução de objetivos políticos ilegítimos, em particular para o contribuinte enquanto proprietário e para o consumidor enquanto cliente, pode dizer-se que existe um problema e que este é sério. ■

> *"Estaríamos perante uma violação do Código das Sociedades Comerciais, que seria suscetível de gerar responsabilidade civil, pedidos de indemnização, reposição ou anulação de negócios."*
>
> **ROGÉRIO ALVES CNN PORTUGAL,** 3 DE SETEMBRO DE 2024

[1] Backx B. et al, Public, Private and Mixed Ownership and the Performance of International Airlines, Journal of Air Transport Management, Volume 8, Issue 4, 2002, Pages 213-220.

DEANS' CORNER
Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.



JOSÉ CRESPO DE CARVALHO
Dean do Iscte Executive Education

Alumni como adeptos de clubes desportivos!?



Acredito que o envolvimento estratégico dos alumni é fundamental para o crescimento e diferenciação de qualquer instituição de ensino superior. Os alumni representam uma riqueza inestimável de conhecimento, experiência e, acima de tudo, de lealdade (ou assim devia ser) à universidade que os formou. Tal e qual como o verdadeiro adepto de uma equipa de futebol, o alumnus deve ser um parceiro que apoia e estimula e quer aparecer na instituição universitária para ver o "espetáculo". E quer que esse espetáculo e os golos e as vitórias sejam cada vez melhores. Mas, mesmo que não se ganhe, está lá sempre para a sua alma mater. Ou deve querer-se que esteja. Assim, o desafio não está apenas em mantê-los próximos, mas, também, em integrá-los ativamente nas dinâmicas de ensino, inovação e evolução institucional.

Para além de serem embaixadores naturais da instituição, os alumni podem desempenhar papéis cruciais em diferentes frentes, como o ensino, a organização de eventos e a orientação estratégica. Cada uma dessas vertentes, quando bem explorada, oferece uma vantagem que nenhuma outra parceria externa pode proporcionar.

A integração dos alumni no processo de ensino, por exemplo, é uma das mais ricas formas de troca de saberes. A sua vivência no mercado de trabalho permite-lhes trazer uma perspetiva prática e atualizada que complementa o conhecimento mais académico. Quando um ex-aluno entra numa sala de aula como convidado ou docente, os participantes atuais têm a oportunidade de perceber como os conceitos que aprendem se aplicam ao mundo real. Isto é especialmente relevante em áreas como a gestão e a tecnologia, onde a evolução constante exige que os currículos académicos se adaptem rapidamente às mudanças do mercado.

Da mesma forma, a participação dos alumni em "workshops", conferências e eventos é uma via para a criação de redes de contacto que beneficiam tanto os participantes como os próprios ex-alunos. Estes eventos são plataformas de partilha de conhecimento, mas também de oportunidades, onde antigos e novos participantes podem colaborar, trocar ideias e até criar novas iniciativas em conjunto.

Do ponto de vista estratégico, parece-me crucial envolver ex-alunos nos conselhos consultivos e nas tomadas de decisão. Os alumni, com a sua experiência e visão, podem ajudar a universidade a alinhar as suas ofertas formativas com as exigências do mercado, garantindo que os cursos e programas se mantêm relevantes e ajustados às necessidades reais das empresas e da sociedade. Esta visão externa, mas profundamente enraizada na cultura da instituição, é uma das maiores vantagens competitivas que podemos ter. Para já nem falar em questões de "endowment", pouco portuguesas, mas que vão ganhando forte expressão em alguns exemplos representativos, mas ainda longe da maioria.

Porque não tornar os alumni em adeptos das universidades? Ou melhor, para os alumni a universidade não deve funcionar com uma lógica de clube?

Por fim, o envolvimento dos alumni como mentores e orientadores de carreira – sem esgotar todas as hipóteses – para os atuais participantes é uma dimensão que não pode ser subestimada. Estes momentos de partilha, seja em palestras formais ou conversas mais informais, permitem que os atuais participantes compreendam melhor o seu futuro profissional, obtenham conselhos valiosos e, talvez mais importante, se inspirem nas histórias de quem já passou por desafios similares.

Neste sentido, a relação com os alumni não é apenas uma questão de manter um vínculo emocional ou institucional, mas sim uma peça central numa estratégia de longo prazo, nomeadamente em formação de executivos.

A chave está, e estará, em não os ver apenas como parte do passado, mas como parceiros estratégicos na construção do futuro da universidade. Eles trazem consigo um conhecimento que não pode ser ensinado nos livros, mas que é essencial para preparar novos participantes para os desafios que o mundo lhes reserva. E isso, creio, é o verdadeiro poder dos alumni.

Vou mais longe e, como referia de início, devemos querer que os nossos alumni sejam nossos adeptos apaixonados. Raramente se encontra alguém que mude de clube de futebol e, se o fez, é porque teve boas razões para tal. Mas é raro. Ganhe-se ou perca-se o jogo (de futebol ou o que seja), apesar da exigência que se coloca como adepto, vive-se o clube um pouco como nosso. Ali também se constrói, não uma vida paralela, mas antes uma vida fora da lógica rotineira. Alegrias e tristezas de naturezas diferentes são expressas em termos do nosso clube desportivo. Porque não tornar os alumni em adeptos das universidades? Ou melhor, para os alumni a universidade não deve funcionar com uma lógica de clube? ■

Getty Images





KENNETH ROGOFF
É antigo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, é professor de Economia e Políticas Públicas na Universidade de Harvard e galardoado com o Prémio Deutsche Bank de Economia Financeira, em 2011. É coautor (com Carmen M. Reinhart) do livro "Desta vez é diferente: oito séculos de loucura financeira" (edição da Universidade de Princeton, em 2011) e autor do livro "A maldição do dinheiro" (edição da Universidade de Princeton, em 2016).

Harris joga xadrez enquanto Trump joga damas

Independentemente de quem ganhe as eleições presidenciais nos Estados Unidos em novembro, a vice-presidente, Kamala Harris, ou o anterior Presidente, Donald Trump, não há muitas dúvidas de que o resultado terá um impacto profundo na política ambiental do país. As consequências económicas, no entanto, são menos evidentes, devido à ausência de interesse pela política por parte de Trump e aos esforços de Harris no sentido de desviar a atenção do aumento dos preços dos bens essenciais durante a presidência de Joe Biden.

Até agora, os mercados financeiros mantiveram-se, de um modo geral, indiferentes às eleições, talvez porque os investidores acreditem que tanto Harris como Trump não conseguirão garantir o controlo de ambas as câmaras do Congresso, limitando assim a sua capacidade de promulgar legislação importante. Dado que as sondagens e os mercados de apostas antecipam uma disputa excecionalmente renhida, é razoável concluirmos que o resultado mais provável será o impasse político. Mas será mesmo? Na minha opinião, há cada vez mais probabilidades de uma vitória dos democratas, e os investidores deviam estar atentos.

Desde que Biden terminou a sua campanha de reeleição e Harris começou a sua notável ascensão, os republicanos – ou, mais precisamente, Trump – parecem estar a jogar damas, enquanto os democratas jogam xadrez. Apesar de o GOP (acrónimo de Grand Old Party, designação comum dada ao Partido Republicano nos Estados Unidos) ter muitos estrategas astutos, o líder do partido ignora os seus conselhos ou não tem a capacidade de se concentrar para os seguir.

> Desde que Biden terminou a sua campanha de reeleição e Harris começou a sua notável ascensão, os republicanos – ou, mais precisamente, Trump – parecem estar a jogar damas, enquanto os democratas jogam xadrez.

Os democratas, pelo contrário, estão a realizar uma campanha extraordinariamente disciplinada, mantendo Harris, de um modo geral, afastada de entrevistas com os media e de momentos improvisados, sendo que a única exceção foi a sua conversa de 29 de agosto com um correspondente da CNN extremamente afável – e tendo tido o seu companheiro de candidatura, Tim Walz, ao lado para a apoiar. Esta estratégia provou ser altamente eficaz, com Harris a irradiar carisma e energia nos seus discursos meticulosamente preparados e a manter-se naturalmente firme durante a sua primeira entrevista. Trump, depois de uma década a dominar o ciclo noticioso, viu-se posto de lado e esforça-se por receber a atenção do público.

Se os democratas ganhassem a Casa Branca, mantivessem o Senado e recuperassem a Câmara dos Representantes, Harris conseguiria promulgar reformas económicas profundas. A eliminação da regra do obstrucionismo do Senado, que os democratas têm repetidamente prometido fazer, permitiria que a sua administração passasse por cima da oposição republicana, mesmo que fosse apenas por uma estreita maioria. Embora esta estratégia abra indubitavelmente caminho para que os republicanos façam o mesmo quando um dia regressarem ao poder, originando eventualmente uma volatilidade de longo prazo, a liderança democrática parece inabalável.

Não obstante, o facto de conseguir controlar as esferas executiva e legislativa permitiria que Harris e os democratas conseguissem lidar, pelo menos parcialmente, com o défice norte-americano – que deve atingir 1,9 biliões de dólares em 2024 – e a crescente dívida de longo prazo, aprovando a tão necessária subida de impostos. Harris já propôs a subida dos impostos para os ricos e empresas com vista a gerar 5 biliões de dólares de novos lucros ao longo da próxima década. Mas terá dificuldades em implementar os seus planos progressistas ambiciosos sem aumentar o défice ou faltar à promessa de não aumentar os impostos para quem ganhe menos de 400.000 dólares por ano. Apesar de Harris afirmar que quer "virar a página" relativamente a Donald Trump e à última década da política norte-americana, não prestou muitos esclarecimentos sobre como poderá ser o próximo capítulo.

Na realidade, Trump também propôs aumentar os impostos, embora sob a forma de uma tarifa universal de 10% sobre as importações e uma tarifa de 60% sobre os bens chineses. Atendendo a que os bens importados pelos Estados Unidos equivaleram a mais de 3 biliões de dólares em 2023, esta abordagem poderia, de facto, gerar lucros substanciais. É de salientar que as tarifas são frequentes em países em desenvolvimento com sistemas de coleta fiscal fracos.

Mas apesar de Trump alegar o contrário, as tarifas que propôs – apesar de tecnicamente serem cobradas às empresas estrangeiras – acabariam por aumentar os preços para os consumidores norte-americanos, que suportariam a maior parte dos custos. Além disso, os países estrangeiros retaliariam inevitavelmente, subindo ainda mais os preços dos bens importados.

Trump e Harris não parecem particularmente interessados em reduzir o défice. O plano económico de Harris inclui várias medidas dispendiosas, como restabelecer o crédito fiscal para descendentes criado pela administração Biden e conceder subsídios a quem comprar casa pela primeira vez. Tendo em conta que Harris é uma democrata progressista oriunda da Califórnia, podemos supor que a sua agenda dispendiosa irá provavelmente muito além destas propostas iniciais.

> Trump e Harris não parecem particularmente interessados em reduzir o défice.

Trump prometeu reduções de impostos para todos, garantindo a isenção fiscal das prestações atribuídas pela Segurança Social, não apenas para os reformados com baixos rendimentos, mas também para os ricos, que pagam impostos mais elevados e que, portanto, passariam a ser os mais beneficiados. É óbvio que esta abordagem é irresponsável.

No que respeita à Reserva Federal, o contraste entre os dois candidatos torna-se ainda mais evidente. Harris comprometeu-se a respeitar a independência da Reserva Federal, embora gostasse de nomear representantes moderados que defendem a manutenção de taxas de juro baixas, mesmo correndo o risco de aumentar a inflação. Trump, por seu lado, sugeriu que o Presidente devia poder expressar a sua "opinião" nos debates realizados pela Reserva Federal – um regresso aos dias em que o banco central não tinha autonomia. Tendo em conta a propensão de Trump para monopolizar as conversas, é provável que mais ninguém consiga falar.

Idealmente, nenhum dos lados sairá das eleições de novembro com o poder para impor a sua vontade. Mas caso um dos partidos consiga controlar a Casa Branca e ambas as câmaras do Congresso, é muito mais provável que sejam os democratas do que os republicanos. Embora seja melhor para a alma da América que Harris ganhe, o significado dessa vitória para a economia é muito menos claro. ■

Tradução: Raquel Teixeira da Silva

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**







...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de Agosto de 2024: **4.170 exemplares**



SA LUÍS AFONSO







OBRIGAÇÕES

EDP coloca 850 milhões de euros em dívida verde

A EDP colocou 850 milhões de euros em dívida verde híbrida a 30 anos. O cupão acabou por ficar em 4,625% e a "yield" nos 4,75%, abaixo do estimado no início da operação devido à elevada procura.

O juro indicativo no arranque da operação rondava os 5,25%, mas acabou por descer abaixo da fasquia dos 5%. Os títulos, com maturidade a 30 anos, ou seja, até 16 de setembro de 2054, têm uma taxa fixa até 2031 e, a partir daí, o juro passa a ser variável, a cada cinco anos, caso não haja reembolso. O cupão foi mais baixo do que na anterior operação semelhante, em maio.

"As receitas líquidas desta emissão serão utilizadas para financiar ou refinanciar o portefólio de projetos 'green' elegíveis, tal como definido no 'Green Finance Framework' da EDP, disponível no website da sociedade. As 'Notes' destinam-se a apoiar o financiamento do plano de investimento de 17 mil milhões da EDP, aumentando a flexibilidade financeira do grupo", afirmou a empresa em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). ■ DMF

TECNOLOGIA

Novo iPhone 16 vai ter inteligência artificial

Peter DaSilva/EPA



Tim Cook, CEO da Apple, voltou a protagonizar o anúncio das novidades apresentadas pela marca.

Muito pouco foi surpresa, dado que mesmo a ligação das várias funcionalidades do iPhone ao novo sistema de inteligência artificial, a "Apple Intelligence" já era conhecida. Tinha sido anunciado em junho, mas agora tornou-se real.

O novo "chip" A18 do iPhone 16 tem um processamento 60% mais rápido do que o iPhone 12 e a velocidade desafia computadores fixos de alta gama, é o que indica a marca. É justamente este o processador que foi desenhado para suportar modelos de linguagem, através de inteligência artificial, que passará a estar integrada em quase todas as funcionalidades do iPhone, desde a linguagem, à imagem, passando pela ação e o contexto pessoal, explicou o vice-presidente de engenharia de "software", Craig Federighi.

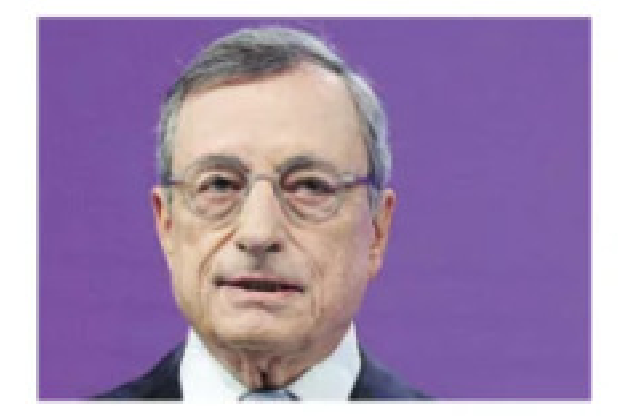
Nas palavras do responsável esta etapa também uma nova era para a assistente pessoal Siri, que passará agora a estar disponível através de texto, poderá responder a questões e retirar detalhes específicos de conversas, por exemplo por email, ou mensagem. A versão beta da "Apple Intelligence" vai ser lançada em outubro para equipamentos acima do iPhone 15.

Numa noite recheada de recordes, vários foram batidos nos relógios, o novo Apple Watch é o mais fino, com o maior ecrã e a melhor bateria na história da marca. O novo Series 10 conseguirá também medir as perturbações na respiração e com isso detetar quem tem apneia do sono. Igualmente, os novos airpods terão proteção auditiva, após a realização de um teste, e poderão no futuro até servir de aparelho auditivo. ■ DMF

ELEVADOR

Celso Filipe
cfilipe@negocios.pt





MARIO DRAGHI
Ex-presidente do Banco Central Europeu

O relatório de Mario Draghi sobre a competitividade na UE é uma espécie de "óbvio ululante" (título de um livro que reúne as crónicas do brasileiro Nelson Rodrigues). Todavia, tem um mérito inquestionável, o de validar institucionalmente uma realidade determinante para o futuro da União Europeia. Com a chancela de Draghi nenhum Estado-membro pode agora empurrar o problema com a barriga. ■





RITA JÚDICE
Ministro da Justiça

A ministra da Justiça só tomará uma posição sobre a fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus, Alcoentre, quando "tiver na sua posse toda a informação que pediu", disse fonte oficial ao Observador. A fuga aconteceu no sábado e hoje é terça-feira, período de tempo mais do que suficiente para Rita Júdice obter a dita informação. As declarações prometidas para hoje dão a ideia de que fala forçada pelas circunstâncias. ■